



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ALINE GOMES DE ALBUQUERQUE**

**ALIANÇA OU AMEAÇA? UMA ANÁLISE CONSTRUTIVISTA SOBRE A  
IDENTIDADE JAPONESA PARA A CHINA E OS ESTADOS UNIDOS**

**JOÃO PESSOA**

**2016**

**ALINE GOMES DE ALBUQUERQUE**

**ALIANÇA OU AMEAÇA? UMA ANÁLISE CONSTRUTIVISTA SOBRE A  
IDENTIDADE JAPONESA PARA A CHINA E OS ESTADOS UNIDOS**

Monografia apresentada ao Curso de  
Relações Internacionais da Universidade  
Estadual da Paraíba para obtenção do  
grau de Bacharel em Relações  
Internacionais.

Orientadora: Prof. Dr. Cristina Carvalho Pacheco

JOÃO PESSOA

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A345a Albuquerque, Aline Gomes de  
Aliança ou ameaça? uma análise construtivista sobre a  
identidade japonesa para a China e os Estados Unidos  
[manuscrito] / Aline Gomes de Albuquerque. - 2016.  
67 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações  
Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco,  
Departamento de Relações Internacionais".

1. Japão. 2. China. 3. Estados Unidos. 4. Construtivismo. 5.  
Identidade. I. Título.

21. ed. CDD 327.52

**ALINE GOMES DE ALBUQUERQUE**

**Aliança ou Ameaça? Uma análise construtivista sobre a identidade  
Japonesa para a China e os Estados Unidos**

Monografia apresentada ao Curso de  
Relações Internacionais da Universidade  
Estadual da Paraíba.

Aprovado (a) em 20/maio /2016.



---

Professora Dr. Cristina Carvalho Pacheco

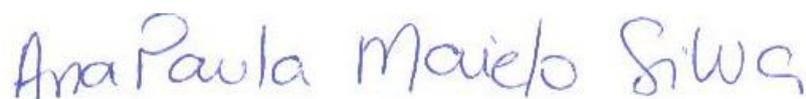
Orientador (a)



---

Professor Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite

Examinador (a)



---

Professora Dr. Ana Paula Maielo Silva

Examinador (a)

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por sempre providenciar tudo que foi necessário para meu crescimento. Em especial, a minha mãe, Maria José, por sempre ser um exemplo de caráter e honestidade que levarei para a vida e a minha avó, por mesmo longe, ser uma das maiores incentivadoras do meu avanço acadêmico e profissional.

À minha orientadora, Cristina Pacheco, por durante todo o ano ter me auxiliado incansavelmente em minha pesquisa e me ajudado a encaminhar o trabalho para o caminho desejado. Sem o apoio dela não teria sido possível concluir esse trabalho e expresso aqui minha mais profunda gratidão.

Aos professores da UEPB, pelos quatro anos e meio de uma estimulante vida na universidade. Agradeço especialmente aos professores Paulo, Ana Paula, Alexandre, Gabriela, Silvia e Altemani por ter ajudado a guiar o meu caminho na universidade, sem nunca perder a qualidade de ensino mesmo com todos os problemas.

Aos funcionários do Campus V da UEPB que, mesmo com todos os problemas do nosso campus, buscavam torna-lo um local de estudo e pesquisa apropriado para todos nós. Agradeço também a dona Eva por durante todos esses anos garantir que eu e meus colegas pudéssemos nos alimentar quando passava o dia todo na universidade.

Aos inúmeros colegas e amigos que fiz durante esses quatro anos e meio na UEPB, ao longo de aulas e projetos de pesquisa. Especialmente, dedico agradecimento e carinho as minhas amigas Débora, Edith e Raianna, que durante esses quatro anos foram grandes companheiras em diversos momentos. Sendo exemplos tanto de caráter como de competência, elas serão pessoas que levarei no meu coração por toda a minha vida.

Ao meu grupo de amigos de quase dez anos da minha cidade, Lucas, Caio, Nathália, Moroni e Thomas que nos momentos mais complicados da minha graduação estava lá para me acalmar com risadas e palavras de conforto. São pessoas maravilhosas e se eu consegui chegar aqui foi porque eu pude dividir momentos de descontração e preocupação com eles.

Ao meu namorado, Moroni, por estar sempre comigo e sempre acreditar em mim, mesmo quando estive prestes a desabar e cujo apoio foi um dos fatores mais preciosos e importantes para mim nesse último ano de graduação. O seu crescente apoio a cada dia, demonstrando acreditar em cada vitória e objetivo meu, foi algo que me forneceu imenso suporte nesses últimos meses ao longo da pesquisa e ao qual eu sempre serei imensamente grata.

Às pessoas que me são preciosas e que demonstram que distância não é motivo para não se cultivar uma relação de confiança e respeito. Especificamente, quero agradecer as minhas amigas Verônica Quiroga, Thais Costa, Felipe Falcão e Gabriela Lima, que, mesmo longe, me mostram diariamente todo o carinho e amor que um ser humano pode apresentar. Nesses últimos anos, foi o apoio dessas pessoas que me incentivou a continuar e eu sempre irei agradecer por toda minha vida pela amizade e amor delas. Quero também agradecer ao meu amigo Luiz Guimarães que, mesmo distante, sempre me instigou em debates interessantíssimos, além de auxiliar nos meus estudos sobre japonês e sem o qual passar na prova em dezembro de 2015 teria sido impossível.

E por último, mas não menos importante, quero expressar meu agradecimento à todas as pessoas com quem tive contato desde 2012 nos mais diversos lugares que fui e no modo como elas me ajudaram a construir um caráter melhor. Seja em São Paulo, Campina Grande, Fortaleza, Londres, Barcelona ou Curitiba, as pessoas tão diferentes com as quais tive contato nessas viagens ajudaram a me tornar um ser humano mais capaz de empatia e consideração com os outros e por isso eu agradeço imensamente a todas as oportunidades que tive de encontrar e interagir com essas pessoas.

## RESUMO

O Japão é um dos notáveis atores do continente asiático, gozando de enorme prestígio mundial. Entretanto, o país é alvo de percepções heterogêneas por parte de outras nações. Enquanto o Japão divide um relacionamento harmonioso com diversas nações, em alguns países da Ásia a percepção a respeito da nação japonesa se destaca por ser bastante negativa. Supondo que explicações tradicionais como anarquia e capacidades sobre as relações dos Estados são insuficientes para analisá-las, o presente trabalho tem como objetivo analisar a maneira como diferentes imagens acerca do Japão foram construídas ao longo da sua história. Este trabalho irá fazer uso da abordagem construtivista para analisar como as interações do país com a China e os Estados Unidos foram responsáveis por construir a identidade japonesa para os dois países. Tem-se como premissa que as identidades dos Estados são construídas através de suas interações e essas afetam a maneira como estes se relacionam. Na construção da imagem do Japão através da ótica estadunidense e chinesa a influência dessa identidade pode ser notada e o construtivismo é utilizado para o estudo dela. Para tanto, a abordagem é aplicada ao analisar bibliografia sobre a história desses países, além de documentos oficiais de cada um. O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, será apresentada a abordagem utilizada e como essa se encaixa na pesquisa. E mais adiante esta será aplicada em dois capítulos utilizando China e Estados Unidos como objetos de estudo, fazendo uso da premissa de que o conceito de identidade construtivista pode auxiliar na análise das interações entre eles. Através dessa metodologia, será demonstrada a premissa sobre como essa história afeta a relação de ambos os lados até os dias de hoje e como o Japão possui as identidades de aliado e ameaça para cada um dos países.

Palavras-chave: Japão, China, Estados Unidos, Construtivismo, Identidade.

## **ABSTRACT**

Japan is one of the notable actors of the Asian continent, enjoying great worldwide prestige. However, the country is target of heterogenous perceptions by other nations. While Japan shares a harmonious relationship with several nations, in some Asian countries the perception towards the Japanese nation stands out for being very negative. Supposing that traditional explanations such as anarchy and capacities about states' relationship are not enough to analyze it, the present work has as its objective to analyze the way that Japan's different images were constructed over its history. The work will use the constructivist approach to analyze how the country's interaction with China and the United States were responsible for constructing the Japanese identity for both countries. It has as its premise that states' identities are constructed through its interactions and these affect the way that they relate with each other. In the construction of Japan's image through the US and Chinese view the influence of this identity can be noticed and constructivism its used to study it. For this, the approach its applied to analyze bibliography about these countries' history, besides official documents of each one. The work is divided in three chapters. The first presents the used approach and how it fits in the research. Further up the approach will be applied in two chapters using China and United States as study objects, using the premise that the constructivist identity concept can help to analyze the interactions between them. With this methodology, it will be demonstrated the premise about how this history affects the relationship of both sides until nowadays and how Japan has identities as an ally and as a threat for each one of the countries.

Key-words: Japan, China, United States, Constructivism, Identity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1 O MUNDO COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL: A ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA E SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES</b> .....	<b>12</b>
1.1 Histórico da abordagem.....	12
1.2 Os muitos construtivismos .....	15
1.3 Identidade e formação de interesses .....	18
<b>2 AMEAÇA: A HISTÓRIA COMO ELEMENTO CONSTRUTOR DE IDENTIDADE E A PERCEPÇÃO DA CHINA SOBRE O JAPÃO</b> .....	<b>23</b>
2.1 O encontro do sistema ocidental com o sistema asiático .....	23
2.2 Identidade: A continuidade de interações e a construção de interesses .....	26
2.3 O Japão como uma ameaça .....	27
2.4 Interação e conflito: A construção de uma identidade japonesa negativa.....	31
2.5 Identidade japonesa: Parceiro econômico, diferentes visões da história.....	37
<b>3 ALIANÇA: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES E A PERCEPÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE O JAPÃO</b> .....	<b>39</b>
3.1 Estados Unidos e Japão: emergente nas Américas, estudante na Ásia.....	39
3.2 Percepções negativas e o conflito no pacífico .....	42
3.3 A ocupação estadunidense e a restauração japonesa.....	44
3.4 Fortalecimento da aliança e a reafirmação de uma nova identidade .....	50
3.5 Identidade japonesa: Cooperação e valores comuns .....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho fará uso da abordagem construtivista das Relações Internacionais na análise acerca dos Estados enquanto atores dentro do cenário internacional. Muito embora reconheça a relevância de outros elementos do sistema internacional, aqui o foco será especificamente em três países, Japão, China e Estados Unidos, e seus aspectos internos e externos. Mais especificamente, a pesquisa tem como proposta compreender de que modo o relacionamento bilateral Japão/China e Japão/Estados Unidos foi construído.

Através da ótica do construtivismo, o modo como esses países se relacionam é caracterizado por muito mais aspectos do que aqueles apresentados pelas teorias tradicionais. A premissa da pesquisa é de que o modo como as identidades dos atores, construídas através de suas interações, afeta a maneira como eles se relacionam. Em um primeiro momento será apresentada a relação da China com o Japão para, em seguida, compreender a relação dos Estados Unidos com o Japão. O objetivo consiste em analisar como a ligação entre esses dois lados não pode ser limitada a quesitos comumente utilizados pelas teorias tradicionais, que ressaltam a distribuição das capacidades ou o caráter anárquico do cenário internacional. No caso da China e dos Estados Unidos, a influência de uma determinada identidade japonesa pode ser percebida e para tanto o construtivismo é utilizado para analisar essas identidades.

O trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, será realizado uma discussão sobre a abordagem construtivista direcionada para o campo das Relações Internacionais e como ela se encaixa na pesquisa. Serão apresentados seus principais autores e contribuições. Ao final do capítulo, será estabelecido porque o conceito de identidade construtivista foi utilizado para realizar a análise apresentada.

Na segunda parte, a abordagem será aplicada para analisar a relação da China com o Japão e qual a percepção que o gigante da Ásia tem sobre seu vizinho. Para tanto, será realizado um levantamento histórico dos dois países e como a relação de ambos se caracterizou ao longo de sua história moderna. No último momento, o objeto de análise será a relação dos Estados Unidos com o Japão e como a nação estadunidense observa o outro país. De maneira similar ao segundo capítulo, a relação será estudada a partir da análise dos momentos de interação entre esses dois países e como esses momentos contribuíram para definir suas interações. Nos capítulos dois e três, a análise da história

será feita através do uso de bibliografia acerca do tema, como também de documentos oficiais do governo dos três países estudados.

Ao fim, serão apresentadas as considerações finais sobre esse trabalho que foram alcançadas ao longo da pesquisa e de que maneira a abordagem construtivista pode ser utilizada para analisar a relação entre esses três atores. Serão apresentados os resultados e mostrado como o Japão pode possuir a identidade tanto de aliado como de ameaça simultaneamente, quando considerado por dois Estados diferentes. Portanto, no fim será mostrado que a identidade dos países pode afetar no modo como eles interagem e que essa deve ser considerada.

## 1. O MUNDO COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL: A ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA E SUAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES

Nesse capítulo será apresentada a abordagem construtivista das Relações Internacionais. Autores da abordagem serão trazidos nesse capítulo para demonstrar quais são suas possíveis contribuições teóricas para o campo das Relações Internacionais e o que são seus principais preceitos. Em seguida, será demonstrado o motivo da escolha dessa abordagem.

O capítulo contém o histórico da abordagem, com as obras que atraíram maior atenção inicialmente. Em seguida, serão apresentados alguns autores que, ao longo da pesquisa, foram aparecendo como mais relevantes para o começo da abordagem. E por último, será determinado como a abordagem será utilizada especificamente no presente trabalho.

### 1.1 Histórico da abordagem

O construtivismo é uma das abordagens do campo de estudo das Relações Internacionais que se distancia das teorias *mainstream*. De acordo com Wendt (1995, p. 71), o construtivismo faz parte do leque das teorias críticas das Relações Internacionais, no qual abordagens como o pós-modernismo, o feminismo, e outros se encontram. Ainda que com diversos aspectos divergentes, estas se encontram lado a lado nesse grupo por compartilhar o propósito de compreender como estruturas da realidade não são fatos concretos e sim socialmente construídos e que tal estrutura sozinha não pode ser considerada totalmente responsável pelos eventos que ocorrem nela.

O termo construtivismo foi popularizado nas Relações Internacionais por Wendt (1992, p. 393) que, seguindo o caminho de Nicholas Onuf, utilizou este para dar ênfase ao foco na construção social característica da abordagem. Enquanto tanto Onuf quanto Wendt são construtivistas, é inegável que ambos possuem diferenças no modo como utilizam a abordagem. No caso desse trabalho, a abordagem construtivista é utilizada como um todo, trazendo contribuições de diversos autores.

Camargo (2008, p. 20) e Creuz (2010, p. 39) compartilham a visão de que, foi no final da década de 1980 que o construtivismo começou a se desenvolver nesta área de conhecimento, com a publicação do livro *World of Our Making*, de Nicholas Onuf, em 1989 e, três anos depois, do artigo *Anarchy is what states make of it: The social*

*construction of power politics* de Alexander Wendt. A abordagem começou a ter maior destaque quando trabalhos destes autores começaram a receber maior atenção da comunidade acadêmica de Relações Internacionais, trazendo à tona possibilidade de debates sobre questões influenciadas por fatores históricos e culturais (MIELNICZUK, 2006), sobre o caráter da linguagem que constrói o sistema internacional (CAMARGO, 2008, p. 18) e até como o próprio conceito de ameaça pode ser um fator relativo (WELDES, 1996).

Com um histórico relativamente recente no campo das Relações Internacionais, alguns autores demonstram dificuldade no exame do que seriam os preceitos construtivistas e onde encaixá-los. Na análise de Camargo (2008, p. 21) existe um limite para as generalizações sobre as características do construtivismo, já que há pouco consenso entre as ideias de alguns autores da abordagem. Para Palan (2000, p. 578), a abordagem construtivista não tem seus preceitos bem definidos, com termos diferentes sendo utilizados para descrevê-la<sup>1</sup>. Na visão de Creuz (2010, p. 40) o construtivismo pode ser utilizado como uma ponte de diálogo entre as abordagens mais críticas com aquelas pertencentes a vertente mais tradicional das Relações Internacionais. Adler (1999, p. 202) argumenta que interpretações errôneas sobre o objeto de análise do construtivismo e, até mesmo, debates entre autores adeptos da abordagem não contribuíram para o seu desenvolvimento e enfraqueceram as suas possibilidades acerca da compreensão dos estudos no campo das Relações Internacionais.

Mesmo com algumas diferenças entre os autores construtivistas, o preceito geral que os une, de acordo com Wendt (1995, p. 71), é de que a realidade da política mundial é algo socialmente construído e que identidades e interesses dos atores não são apenas ligados a fatores materiais. Para Adler (1999, p. 205) o que caracterizaria a perspectiva construtivista seria a constante formação mútua da ação e interação humana a partir das interpretações acerca do mundo material. Camargo (2008, p. 18) pontua que a abordagem é importante por fortalecer a suposição de que uma análise exclusivamente a nível do Estado das Relações Internacionais seria relativamente limitada. A autora também pontua que, devido a abordagem, é possível concluir que a realidade está aberta a transformações (CAMARGO, 2008, p. 20).

---

<sup>1</sup> Em seu artigo, Palan (2000) apresenta que, além do termo construtivismo, também são usados *constructionism* ou *constitutiveness* no campo das ciências sociais, geralmente descrevendo objetos diferentes e, na visão do autor, trazendo uma certa confusão ao papel do construtivismo.

Nesse cenário oferecido pelos construtivistas, depender apenas dos fatores materiais, como fazem as abordagens tradicionais, tornaria muito limitada a capacidade de análise das ações dos Estados (WENDT, 1995, p. 73). Hopf (1998, p. 172) expõe que o construtivismo oferece um leque variado de opções para o estudo de questões pertencentes ao campo das Relações Internacionais, como explicar significados acerca de balanço de poder e anarquia ou trabalhar com novos fatores dentro da política mundial<sup>2</sup>. Para autores como Hemmer e Katzenstein (2002), uma abordagem focada na questão da construção social pode também ser útil para analisar a própria questão da formação de regiões e grupos de cooperação.

Alguns autores construtivistas consideram que a abordagem possui objetos de análise em comum com determinados preceitos das teorias tradicionais. Adler (1999, p. 206) não considera o construtivismo como contrário ao liberalismo ou realismo, sendo responsável apenas por desafiar os métodos e fundamentos que tais teorias propõem. Hopf (1998, p. 176) pontua que o construtivismo e o neorealismo de fato assumem que os atores têm interesses. Contudo, o autor afirma que o construtivismo difere do neorealismo no sentido que não atribui uma identidade específica aos Estados antes de suas interações com outros atores (HOPF, 1998, p. 177). Weldes (1996, p. 276) argumenta que a abordagem realista para a política internacional é falha a partir do momento em que não consegue explicar porque uma determinada situação constituiria uma ameaça para um Estado e não para outro.

Camargo (2008, p. 20) defende que uma das principais contribuições do construtivismo foi trazer à cena a discussão sobre ideias e valores como fatores de relevância nos acontecimentos internacionais. Creuz (2010, p. 44) considera que o construtivismo possui uma semelhança com as abordagens tradicionais por possuir determinado foco em questões de poder. Contudo, para este autor, o construtivismo apresenta uma análise focada também nas identidades e interesses dos atores, sendo possível analisar acontecimentos a nível estatal e a nível global.

Um dos pontos comuns entre alguns autores construtivistas seria a existência e influência mútua do agente e da estrutura a qual esse pertence, criando um debate sobre se um precederia o outro na realidade (CREUZ, 2010, p. 40). Enquanto para os teóricos tradicionais acredita-se que a ação dos agentes será limitada pela estrutura em que estes se encontram e que esta é composta exclusivamente pela distribuição de capacidades

---

<sup>2</sup> Em relação a mudança na política internacional, Hopf (1998) argumenta que a possibilidade de ela acontecer é negada no panorama neorealista em que todos os Estados possuem identidades similares.

materiais (WENDT, 1995, p. 73), os construtivistas afirmam que não é possível observar agentes e estrutura como fatos separados. De acordo com os adeptos da abordagem, não existiria uma precedência da estrutura sobre o agente ou do agente sobre a estrutura (CREUZ, 2010, p. 41). A estrutura só se estabelecerá no mundo material através da legitimidade dessa por parte dos agentes, sendo esses ao mesmo tempo influenciados por esta estrutura (HOPF, 1998, p. 181). Logo, assumir que um Estado se importará apenas com seus interesses na estrutura é uma suposição premeditada que esquece de observar a interação entre os Estados, já que os interesses são fatores inerentemente sociais (WENDT, 1994, p. 385). Para Mielniczuk (2006, p. 233), de acordo com a abordagem construtivista, a estrutura só pode existir em virtude das práticas constantes dos atores em sua interação que, de alguma maneira, sustente tal estrutura. Para Hopf (1998, p. 176), a preposição de que os Estados sempre serão atores com interesses fixos é perigosa porque nega toda as possibilidades de interesses e identidades que um ator pode ter quando considerado que os interesses são resultados de práticas sociais entre agentes e estruturas.

Portanto, para os construtivistas a ideia de anarquia, que é tão comum nas abordagens tradicionais, não é um fator inerente ao sistema, existindo apenas devido à realização de um determinado conjunto de práticas (WENDT, 1992, p. 394.) O próprio conceito de anarquia seria vazio de qualquer significado se não pelo conhecimento e valores compartilhados dentro de uma estrutura, que necessita da interação e da propagação de tais valores por parte dos atores que estão dentro dela (HOPF, 1998, p. 173). A estrutura precisa da ação dos agentes para ser sustentada (MIELNICZUK, 2006, p. 233). Como explana Wendt (1992, p. 394) não existe uma lógica institucionalizada na anarquia que a torne o único caminho possível. O que existem são práticas e interações realizadas pelos atores pertencentes à estrutura, sendo tal cenário responsável por gerar as identidades e os interesses dentro deste.

## 1. 2 Os muitos construtivismos

Enquanto existem pontos similares entre os autores construtivistas, dependendo de qual for estudado serão encontradas diferenças em determinados pontos de suas ideias, como é também o caso do construtivismo aplicado as Relações Internacionais. No construtivismo apresentado por Emanuel Adler em seu artigo *O construtivismo no estudo das Relações Internacionais*, de 1999, o autor argumenta que essa abordagem é

capaz de desconstruir as mais diversas instituições presentes no mundo e apresentá-las como resultante daquilo que o autor define como entendimentos coletivos (ADLER, 1999, p. 206). Esse panorama se expandiria também para o campo das Relações Internacionais, no qual as mais diversas instituições interpretadas como fatores rígidos e imutáveis da realidade assim seriam devido ao entendimento humano destas (ADLER, 1999, p. 206).

Adler garante foco no caráter das ideias<sup>3</sup> a partir da visão construtivista, argumentando que estas também estão em um processo mútuo para com a estrutura em que estão inseridas, sendo construída pela estrutura e também a construindo (ADLER, 1999, p. 210). Através da comunicação entre os indivíduos, um conhecimento coletivo é construído e é capaz de transformar a realidade (ADLER, 1999, p. 212). O autor considera a abordagem construtivista como uma alternativa mais viável se comparada com o proposto pelas teorias críticas que apenas voltam-se para os discursos emancipatórios (ADLER, 1999, p. 221). Adler cria uma ponte com os preceitos das Relações Internacionais também ao analisar o que seria poder. Entretanto, o autor considera como poder não apenas recursos materiais para um ator exercer seus desejos, mas também como a capacidade de estabelecer os valores aceitáveis em uma estrutura (ADLER, 1999, p. 224).

No caso do construtivismo de Nicholas Onuf, o autor foca nas regras e normas que compõem a estrutura e no modo como estas são legitimadas (ONUF, 2002). A coexistência dos fatores agente/estrutura é apresentada por Onuf também através da apresentação do que seria o discurso. Segundo Onuf (2002), o discurso, diferente do que é apresentado pelas abordagens tradicionais, não é apenas um meio pelo qual se representa o mundo da maneira como ele é. O discurso também é o caminho pelo qual se constrói o mundo. Tal ideia é exposta também por Camargo (2008, p. 18) que reforça que o foco na importância da linguagem e do discurso na sociedade internacional trouxe à tona possibilidades de análises para além da estatal.

Os construtivistas não negam, então, a existência de regras que regem as relações entre os diversos setores do sistema internacional ou da existência dos fatores do mundo material. Há um questionamento sobre o caráter de imutabilidade que é atribuído a esses fatores por outras abordagens. A anarquia ou a autoajuda não seriam

---

<sup>3</sup> Sobre o termo “ideias” explicado por Adler (1999) é possível entender que ele faz referência aos discursos que são produzidos e reproduzidos na realidade. O autor argumenta que essas ideias, que ele também se refere como um conhecimento coletivo, são responsáveis também por afetar a realidade e o entendimento sobre o que é ou não possível.

suficientes para determinar o modo como os países agirão dentro do sistema internacional. Para Hopf (1998, p. 174), por exemplo, o preceito da autoajuda prevalece apenas se uma única interpretação de anarquia é aceita, com um leque mais diversificado de ações e possibilidades existindo, no caso de interpretações diferentes do que seria a anarquia.

Alexander Wendt foi um dos primeiros a usar o termo construtivismo em seu artigo de 1992, *Anarchy is what states make of it*. De acordo com Wendt (1992, p. 392), as abordagens neoliberal e neorrealista encontram tanto seu ponto comum como sua falha no fato que, embora discordem no modo como os atores lidarão com os fatores materiais, ambos assumem que os interesses destes atores serão sempre imutáveis e inerentes a natureza do Estado. O próprio Wendt parece reforçar um posicionamento na abordagem como mais ligado ao tradicional ao afirmar que, enquanto inegável a crescente relevância de outros atores no cenário internacional, como dos movimentos sociais, corporações e outros, para ele ainda é o Estado que é o ator principal digno de maior atenção em tal cenário (WENDT, 1992, p. 424).

O construtivismo apresentado por Wendt explica que, diferente do afirmado por teóricos tradicionais, princípios das Relações Internacionais firmemente interpretados como fatores imutáveis, como a autoajuda, não seguem um padrão de lógica ou são fatores inerentes da anarquia (WENDT, 1992, p. 394). O autor conclui que são os próprios atores, neste caso os países, que reforçam e constroem a estrutura em que vivem através da constante repetição de determinados tipos de práticas (WENDT, 1992, p. 394). Para Wendt, o construtivismo tem em seu núcleo que os fatores principais no sistema de Estados não são fatores de caráter material, e sim por ideias e conceitos e que as identidades e interesses desses Estados serão moldados por essas estruturas sociais (WENDT, 1994, p. 385).

O autor afirma também que, a abordagem construtivista pode se beneficiar com o aprendizado a partir de certos aspectos da teoria liberal das Relações Internacionais, assim como a teoria liberal pode ser recompensada com o mesmo tipo de benefício (WENDT, 1992, p. 425). Todavia, Wendt explica que seu foco no Estado não deve ser considerado uma falha como uma abordagem construtivista e que o “Estadismo não precisa estar preso pelas ideias realistas do que ‘Estado’ deve significar” (WENDT, 1992, p. 424)<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Tradução livre

Wendt segue a linha de pensamento construtivista, considerando que “Estados não são fornecidos estruturalmente ou de forma exógena, mas construídos por interações historicamente contingentes.” (WENDT, 1994, p. 385)<sup>5</sup>. Para o autor, os construtivistas desejam mudanças nessas relações sociais, sendo seu método principal a desconstrução de estruturas interpretadas como imutáveis para demonstrar que essas nada mais são do que o resultado de práticas em constante repetição (WENDT, 1995, p. 74).

Creuz (2010, p. 40) considera como mérito da abordagem a ideia de co-constituição de agente e estrutura. Para o autor, os preceitos estabelecidos por Wendt em relação à questão agente/estrutura são importantes na contribuição construtivista para a análise, sendo de extrema importância para este considerar as ações dos atores enquanto agentes dentro da estrutura em que se encontram (CREUZ, 2010, p. 42). Além dessa contribuição, o autor destaca a importância da abordagem construtivista para os debates no campo das Relações Internacionais já que, a partir de seu foco na construção social, é possível compreender a construção e interpretação de determinados fatores tomados como imutáveis, como a soberania dos Estados (CREUZ, 2010, p. 48).

Contudo, diferentemente do que se pode pensar ao estudar as premissões construtivistas de que as relações e estruturas do sistema podem ser desconstruídas como construções sociais, a abordagem construtivista não afirma que a mudança no sistema seja algo facilmente atingível. Para Hopf (1998, p. 180), a mudança nos fatores reificados do sistema é possível, o que não significa que seja um objetivo fácil de se alcançar. Wendt (1994, p. 388) afirma que, uma vez estabelecida, uma estrutura resiste a mudanças, mesmo que essas sejam medidas possíveis. A mudança nas políticas mundiais é, para o construtivismo, algo possível, mas difícil de acontecer (HOPF, 1998, p. 181).

### 1.3 Identidade e formação de interesses

É importante pontuar que os construtivistas não desconsideram fatores materiais nas ações dos Estados. Contudo, Wendt (1995, p. 72) afirma que até mesmo o mundo material é um fator construído socialmente já que, em suas palavras “recursos materiais adquirem significados para ação humana através da estrutura de conhecimento

---

<sup>5</sup> Tradução livre.

compartilhado no qual estes estão inseridos. ” (WENDT, 1995, p. 73)<sup>6</sup>. Os efeitos do mundo material, portanto, dependeriam deste conhecimento compartilhado pelos atores dentro da estrutura (WENDT, 1995, p. 73).

Para Wendt (1992, p. 402), interesses básicos, como o desejo de um ator de preservar sua estrutura material, não significa automaticamente que os países adotarão um comportamento agressivo em relação aos outros, já que não existiu uma interação anterior comprovando que o país precisa adotar tal posicionamento. Em nenhum momento deve ser assumido que seus interesses são apenas os apresentados pelos teóricos tradicionais das Relações Internacionais, como no caso da autoajuda.

De acordo com Wendt (1992, p. 401), é uma suposição exagerada acreditar que, devido ao princípio da anarquia, os Estados estarão presos em um dilema de segurança. Interesses egoístas são interesses adquiridos apenas através da interação social entre os Estados, sendo impossível possuir tais interesses antes dessa interação, sendo a autoajuda uma instituição estabelecida por práticas, não uma característica inerente a anarquia (WENDT, 1992, p. 402.).

Ashizawa (2008, p. 571) afirma que o conceito de identidade começou a ser considerado como relevante para a ciência política por volta da década de 1960, sendo usado para estudar o desenvolvimento político do Estado. A autora atribui aos construtivistas o fim do que ela se refere como marginalização do conceito de identidade no campo das Relações Internacionais, o que resultou no aumento da literatura acerca do tema especialmente a partir da década de 1990 (ASHIZAWA, 2008, p. 572).

Wendt defende que a identidade de um agente seria um fator essencial a ser analisado para compreender seus interesses já que, de acordo com o construtivismo, atores irão agir de maneira diferente em relação a determinados objetos, sejam outros membros da estrutura ou um acontecimento, a partir do entendimento que esse possui em relação ao outro (WENDT, 1992, p. 396). Esses entendimentos só são criados a partir da interação entre dois ou mais atores, onde se formarão suas identidades sociais (MIELNICZUK, 2006, p. 231).

Diferente da explanação feita pelas abordagens tradicionais, que garantem aos atores um único comportamento imposto pela estrutura em que estão inseridos (HOPF, 1998, p. 174), os interesses de um país não seriam algo concreto. Estariam diretamente

---

<sup>6</sup> Tradução livre.

ligados à sua identidade, sendo necessária a formação dessa para que tais interesses fossem pudessem vir a se estabelecer como elemento pertencente ao país. Para Mielniczuk (2006, p. 234), através dos preceitos de Wendt é possível atribuir uma importância indispensável ao quesito das identidades já que países que possuem identidades de amizade um para com o outro terão maior possibilidade de cooperar, mesmo com interesses contraditórios. São os significados de um coletivo gerado através da interação que constituem as estruturas em que essa interação se realiza, sendo até mesmo fatores materiais passíveis de tal interpretação (WENDT, 1992, p. 397).

Para Wendt os sistemas criados pelos realistas, em que a competição rege as interações entre os seus atores, e o sistema neoliberal, no qual os países se preocupam com seus ganhos (WENDT, 1992, p. 400) são sistemas que podem existir, mas não são os únicos que podem surgir apenas por um ambiente ser anárquico, como é suposto pelas teorias tradicionais (WENDT, 1992, p. 402). A interação entre dois ou mais atores é aquilo que Wendt chama de “ato social” em que existe um processo de “sinalização, interpretação e resposta” por parte dos atores (WENDT, 1992, p. 405.). Antes de um país interagir com outro, ambos possuem expectativas em relação a esse outro. A partir do momento de sua interação, o comportamento e escolhas de cada um em relação ao outro será testado e, dependendo do resultado dessa interação, essas repetições se tornarão identidades que um país atribui ao outro. O sistema de autoajuda recorrente da disciplina de Relações Internacionais é resultado desse processo em que cada lado, o “eu”, sente que o comportamento do “outro” é ameaçador à sua existência (WENDT, 1992, p. 406). Se um determinado sistema existe é devido à maneira como o outro é representado pelo “eu” através das suas interações (MIELNICZUK, 2006, p. 234).

Para Wendt, o conceito de identidade possibilita determinar que as ações de um Estado dependerão de sua interação com outros Estados e as ações que estes tomarão, sendo essencial a identidade que os atores atribuem uns aos outros a partir de interações anteriores (MIELNICZUK, 2006, p. 236). Logo, os interesses e a identidade de um ator podem ser compreendidos como fatores resultantes desta interação, sendo tal contato imprescindível para a formação destes. Do mesmo modo que para Wendt a estrutura e os agentes estão sempre em uma relação constante de mútua constituição, a partir do conceito de identidade é possível compreender que as identidades dos atores são constituídas mutuamente a partir da interação uns com os outros. Ashizawa (2008, p. 575) afirma que a identidade de um Estado, assim como uma identidade de um

indivíduo, é o conjunto de fatores que caracterizam o país, bem como o que ele representa, sendo formada e modificada através desta interação.

Alguns autores fazem uso da abordagem para analisar elementos internos de um Estado na forma como construirão sua identidade e serão percebidos por outros. Weldes (1996) argumenta que o discurso sobre interesse nacional é uma construção social. A autora afirma que, na elaboração de objetivos a serem alcançados na ideia de interesse nacional, oficiais do governo de um país devem interpretar a situação através de uma linguagem compartilhada dentro daquele Estado, linguagem que explica como a do “interesse nacional” (WELDES, 1996, p. 276). Lee<sup>7</sup> (2000, p. 92) critica Wendt por ignorar fatores domésticos e como estes podem afetar as decisões e interações de um Estado.

A identidade de um ator seria, então, um fator dependente de sua interação com os “outros”, o que a torna essencial para essa identidade ser construída (ASHIZAWA, 2013, p. 29). Weldes (1996, p. 280) explica que essa interação é essencial para a construção de significados entre os agentes e sobre a estrutura na qual esta acontecerá. Logo, é possível concluir que um único ator pode possuir inúmeras identidades (WENDT, 1992, p. 430) sendo as ações de um Estado em relação a outro ator fatores caracterizados por interações passadas (ASHIZAWA, 2008, p. 588).

Como apresentado nesse capítulo, os países não teriam a capacidade de determinar seus interesses anteriormente a interação com outros atores do sistema em que se encontram. Para Mielniczuk (2006, p. 230) é a partir da interação entre dois atores que se formarão as identidades destes e será nesse processo onde os interesses de cada um surgirá. Um país irá agir diferentemente diante de um país que considere seu aliado ou de um país que considere seu inimigo (WENDT, 1992, p. 396). Como um Estado irá se portar diante de outro dependerá da identidade que estes expõem um para o outro e como essa é mutuamente interpretada.

Então, no presente trabalho a abordagem construtivista será utilizada com foco na questão das identidades. Os atores aqui estudados serão países, China e Estados Unidos, e como estes acabam por construir determinadas percepções em relação ao Japão. O foco da análise consistirá nas interações que tais países dividem em sua história e como estas podem ser entendidas como responsáveis pela construção dessa

---

<sup>7</sup> Em seu artigo *A Constructivist Reading of Japan's Adaptive Responses to US Trade Demands: Power in Trade Dispute Resolutions* (2000), Lee, enquanto usando o conceito de identidade de Wendt, também preocupa-se em desconstruir a ideia do Estado como sendo uma “caixa preta” na qual fatores domésticos não interfeririam na identidade de um país.

identidade. Em determinados momentos, serão apresentados também acontecimentos internos destes países, pois esses eventos podem ser analisados como fatores contribuintes para reforçar ou desconstruir certas identidades.

## **2 AMEAÇA: A HISTÓRIA COMO ELEMENTO CONSTRUTOR DE IDENTIDADE E A PERCEPÇÃO DA CHINA SOBRE O JAPÃO**

Nesse capítulo e no próximo, a abordagem construtivista será utilizada para analisar a identidade atribuída ao Japão. Analisando a história comum entre os dois lados, no presente capítulo será apresentada qual a percepção que a China construiu ao longo de sua interação com o país. Serão expostos acontecimentos históricos que foram importantes dentro do relacionamento entre esses países e em seguida será analisado a partir da abordagem construtivista como esses acontecimentos podem ser considerados essenciais para a construção da identidade do Japão.

### 2.1 O encontro do sistema ocidental com o sistema asiático

A colonização por parte da Europa foi responsável por ocasionar inúmeros conflitos internacionalmente na medida que eram descobertas vivências que não se encaixavam no padrão europeu de civilização (GONG, 1984, p. 97). Com a imposição desses padrões para as sociedades não-europeias, as regiões que eram alvo das ambições das potências colonizadoras eram forçadas a aceita-los para escapar do risco de extermínio (GONG, 1984, p. 98).

O Japão foi um dos primeiros de sua região a se modernizar dentro do panorama aceitável pelas potências ocidentais. Para Gong (1984, p. 164), a partir do primeiro contato com os Estados Unidos no século XIX, após anos de uma política de isolamento<sup>8</sup>, a rápida modernização do Japão demonstrava a excelência do país sob os olhos da civilização ocidental<sup>9</sup>. Especialmente no início do século XX, o Japão foi considerado uma referência na Ásia capaz de liderar os membros da região para o

---

<sup>8</sup> A propagação do cristianismo no Japão começou a preocupar os governantes, que viam a religião como uma arma utilizada para a propagação dos valores brancos cristãos e, logo, a colonização de povos que não se encaixassem neste arquétipo. Assim, em 1614, o xogum adotou uma política isolacionista, tentando proteger o Japão de influências externas. Tal política só se encerrou em 1853 quando os navios de guerra estadunidenses apontaram seus canhões para o território japonês, forçando-o assim a abrir-se novamente para o mundo (BRADLEY, 2010, p. 170).

<sup>9</sup> Gong (1984) destaca ainda que o Japão adquiriu uma postura diferenciada após os primeiros anos de contato com o Ocidente. De uma xenofobia exacerbada para tudo que era estrangeiro, a opinião pública passou a idolatrar as instituições ocidentais, acreditando que elas demonstravam o caminho para o desenvolvimento (GONG, 1984, p. 186). Foi esse cenário que resultou em uma rápida incorporação dentro do país, que buscava também impressionar o Ocidente, de instituições “civilizadas”, como a adoção de um governo baseado em uma constituição e com entidades representativas (GONG, 1984, p. 176).

caminho civilizado, visão propagada principalmente pelos Estados Unidos e mais exposta à frente no trabalho.

A concepção de ser diferente do resto da Ásia foi utilizada como incentivo para as ações japonesas durante o século XX no continente (GONG, 1984, p. 164). Após sua abertura, o Japão não mais rejeitava os ideais das potências ocidentais, mas via o Ocidente como exemplo de civilização a ser seguido (TAMAMOTO, 1991, p. 582). Não apenas no caráter militar, o país focou também na adoção de atitudes similares em relação a outros aspectos característicos das grandes potências. Segundo Bradley (2010), o posicionamento dos políticos japoneses era de demonstrar que o Japão era mais similar aos europeus e estadunidenses do que aos povos asiáticos, demonstrando então ser merecedor também da posição de civilizador dos povos bárbaros, que eram os outros membros da região da Ásia (TAMAMOTO, 1991, p. 582). Através da sua interação com os países da Ásia e do Ocidente, o Japão acabou por construir para si a identidade de um país civilizado, com mais semelhanças com o lado ocidental<sup>10</sup> do que com seus vizinhos<sup>11</sup>. Para Tamamoto (1991, p. 582), a ideia de “deixar” a Ásia e assemelhar-se cada vez mais com a Europa, o lado civilizado, demonstra a linha de pensamento do Japão da época.

A definição de identidade fornecida pelo construtivismo explica que a identidade dos atores é afirmada e construída através das interações entre eles (WENDT, 1992, p. 430). É possível constatar que as interações entre o Japão e outros países tiveram um papel de enorme importância para a construção da sua identidade. Como afirma Lee (2006, p. 343), o modo como o Japão interpretava as ações desses países também era importante, já que diferentes significados poderão ser atribuídos dependendo do ator que realizou uma determinada ação. Contudo, é indispensável lembrar que, da mesma forma como o Japão formou sua percepção acerca de outros países e atribuiu identidades a estes a partir de sua interação, a mesma lógica se aplica aos demais<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup>Tal semelhança pode começar a ser vista especialmente com os acontecimentos que fortalecem o expansionismo japonês que, segundo Gonçalves (2010, p. 209), começou a aparecer especialmente após a Guerra Russo-Japonesa, entre 1904 e 1905. Para o autor, a vitória e conquista dos territórios por parte do país foi essencial para o início do imperialismo japonês e sua ascensão a categoria de país industrializado, que poderia disputar com potências como às da Europa e os Estados Unidos.

<sup>11</sup> Esse discurso foi especialmente enfatizado, segundo Bradley (2010, p. 215) pelos Estados Unidos, que no início do século XX afirmava o maior pertencimento japonês à sociedade civilizada do que à sociedade asiática, considerada bárbara.

<sup>12</sup> Wendt (1992, p. 404) explana que o modo como a concepção de um ator sobre si ou sobre um interesse acabar sendo uma reflexão também das ações dos outros. Weldes (1996, p. 283) sustenta também que aquilo que vem a se tornar o que ela chama de “interesse nacional” é formado através de interações que construirão as imagens que os atores têm de si mesmos e daquilo que eles não são.

A Ásia até o século XIX era vista como uma região alvo para as grandes potências imperialistas da época e, para Hemmer e Katzenstein (2002, p. 596), não se planejava a construção de um caminho multilateral de interação. Em particular no caso dos Estados Unidos, a Ásia era vista como uma região que “[...] ainda poderia ser salva com tutela americana. [...], uma região rica em recursos e oportunidades e habitada por pessoas obedientes e servis que seguiam a liderança branca<sup>13</sup> ” (HEMMER, KATZNESTEIN, 2002, p. 596).

Os territórios da região, entretanto, não seriam alvo apenas de ações colonizadoras por parte de países ocidentais. Com o Japão tornando-se uma potência militar, o país começou a espelhar suas ações no comportamento das grandes potências militares e imperialistas (VILLACORTA, 1994, p. 88). Diferente do feito por outros países da Ásia, como Pyle (2007) destaca, o Japão iria se tornar uma potência imperialista que viria a representar uma ameaça não apenas para seus vizinhos, como também para os países mais poderosos da época.

Após o período inicial de aprendizado com as instituições ocidentais implementadas no país, o Japão tornou-se poderoso o suficiente para desafiar a ordem internacional dominada por potências ocidentais<sup>14</sup>, questionando a legitimidade dos seus padrões de civilização (GONG, 1984, p. 164). Para Tamamoto (1991, p. 582), a modernização japonesa produziu confiança e o país se viu no direito de civilizar o continente asiático. Se a força era necessária para trazer a civilização aos seus vizinhos, era o fardo japonês aceitar essa missão<sup>15</sup>. Foram aproximadamente cinquenta anos de agressão japonesa no território asiático, começando com a guerra contra a China em 1894<sup>16</sup>. Assim, começou a manifestar a ideia de que, por ser o país superior da região, o Japão possuía a missão de proteger a região da Ásia da influência ocidental (TAMAMOTO, 1991, p. 582).

---

<sup>13</sup> “[...] could still be saved under American tutelage. [...]” a region of vast resources and opportunities, populated by dutiful and cringing peoples who followed white leadership.”[...]” (HEMMER, KATZENSTEIN, 2002, p. 596) Tradução livre.

<sup>14</sup> Para Pyle (2007, p. 89) as políticas imperialistas que o Japão adotou durante esse período, pode ser considerada como uma medida defensiva por parte do país, visando combater o imperialismo ocidental em sua região.

<sup>15</sup> Para Gustafsson (2011, p. 122), a ideia do Estado japonês como protetor da Ásia foi constantemente afirmada através de propagandas patrióticas, com o Japão defendendo seus vizinhos contra a invasão ocidental.

<sup>16</sup> A Guerra Sino-Japonesa iniciou em 18 de agosto de 1894 e foi concluída em 17 de abril de 1895 com a assinatura do Tratado de Paz de Shimonoseki. Esse tratado impôs a China o pagamento de indenização ao Japão, assim como fornecia a este a posse de diversos territórios chineses e o reconhecimento da independência da Coreia (ZACHMAN, 2009, p. 32).

Com um território extremamente limitado, o Japão acreditava que, em razão de que por sua rápida “ocidentalização” (GONG, 1984, p. 164), possuía o direito de ser o líder da Ásia e levar a região para o caminho de integração entre Oriente e Ocidente (SHIH, 2011, p. 6)<sup>17</sup>. Com esse argumento, o Japão justificava sua expansão para outros territórios da região, expansão essa que permitiria a criação da chamada Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático. O termo foi criado pelo Japão para se referir a nova ordem que o país construiria na Ásia, livre do domínio de países ocidentais (SWAN, 1996, p. 139). Gonçalves (2010) explana que o Japão imperial,

[...]era um país desprovido de recursos minerais e energéticos, dependia de suprimentos de carvão, petróleo [...] e outros produtos[...]. Considerando a necessidade desses recursos, o governo de Tóquio concebeu um império colonial para que as matérias-primas fossem fornecidas pelos territórios onde se promovia a exploração japonesa. Isso explica a presença nipônica na Manchúria, na Coréia, nas ilhas de Taiwan, Sacalina e, mais tarde, o desembarque de suas tropas na Indochina, Índias Holandesas e outras regiões do Sudeste asiático. Em todos esses locais, Tóquio praticou uma política de exploração colonial pura e simples. (GONÇALVES, 2010, p. 211).

O país foi responsável por inúmeras atrocidades na região, que serão expostas com maiores detalhes mais à frente. Contudo, o objetivo da unificação do território asiático sob domínio do então crescente império colonial japonês foi destruído pela sua derrota em 1945 (FUNABASHI, 1993, p. 76).

## 2.2 Identidade: A continuidade de interações e a construção de interesses

É importante ressaltar que por identidade, é feita referência aqui à identidade que um país acaba por estabelecer para si, mesmo que acidentalmente, através de suas práticas e interações (MIELNICZUK, 2006, p. 236). Essa identidade não é algo imutável, sendo construída a partir de interações e pela forma como os estados percebem a si mesmos e àqueles ao seu redor (WELDES, 1996, p. 283). Um único Estado pode possuir múltiplas identidades, a partir de como os outros países interpretam suas ações (WENDT, 1992, p.398).

---

<sup>17</sup> É interessante que Shih (2011, p. 6) explana que o discurso político da Esfera de Co-Prosperidade do Grande Leste Asiático, enquanto usando do argumento de defesa do Oriente contra o Ocidente, também utilizava a noção de que o Japão, por ser mais próximo de Ocidente, ou seja, mais civilizado, deveria ser o líder da Ásia. Portanto, o autor afirma que essa aproximação trouxe mais efeitos negativos para a imagem do Japão na região.

Assim como destacado por Weldes (1996, p. 286), na análise de identidade desse trabalho não se pretende afirmar que as concepções dos países aqui analisados são errôneas por serem construções sociais. O que será demonstrado é como os interesses desses Estados em relação aos outros foram construídos através de suas interações. Também não se pretende negar que causas materiais podem vir a afetar as decisões de um país e sim demonstrar que uma análise limitada apenas a causas materiais, corroborando com a ideia de Hemmer e Katzenstein (2002, p. 584), acaba por não responder diversas questões. Além disso, no que diz respeito as interações, também serão analisados fatores domésticos de ambos os lados já que, como explicado por Lee (2000, p. 101), eles também possuem peso para o modo como a identidade japonesa é formada e observada por outros.

### 2.3 O Japão como uma ameaça

Na atualidade, a China<sup>18</sup> é um dos países de maior destaque da região asiática. O país é uma das maiores economias do mundo<sup>19</sup> e cresceu a um ponto em que suas ações possuem grande impacto tanto a nível internacional quanto a nível regional. No que diz respeito a sua região, um dos fatores de maior destaque e que vem chamando maior atenção é a sua relação o Japão. Japão e China possuem um relacionamento marcado por forte cooperação econômica que, contudo, não é suficiente para diminuir o sentimento contra o Japão existente na China (YANG, 2003, p. 310).

Enquanto o Japão é visto com suspeitas por alguns de seus vizinhos, mesmo com o autodeclarado pacifismo do país (BUSZYNSKI, 2004, p. 56) a relação específica entre ambos parece causar certa preocupação na região (YANG, 2003, p. 318). Mesmo com diversas semelhanças culturais<sup>20</sup>, os dois países compartilham uma das relações

---

<sup>18</sup> Aqui é importante destacar que China nesse trabalho se refere a República Popular da China e não abarca o papel da República da China, conhecida como Taiwan. O caso de Taiwan e sua relevância para a relação Japão-China será abordado mais à frente no trabalho.

<sup>19</sup> A China na atualidade é a segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. O Produto Interno Bruto (PIB) do país em 2014 foi equivalente a aproximadamente 10.35 trilhões de dólares, segundo dados do Banco Mundial. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/china>> Acesso em 25 de março de 2016.

<sup>20</sup> De acordo com Zachman (2009, p. 18), durante o período do xogunato Tokugawa a cultura chinesa influenciou fortemente o Japão, sendo adotado os padrões chineses do que seria civilização, situação que mudou apenas com o contato japonês com a civilização ocidental. Zachman (2009, p. 9) afirma também que o sistema isolacionista, que caracterizou o Japão por quase 200 anos até o ano de 1853, era baseado em um sistema similar que existia na China. Buszynski (2004, p. 28) argumenta que a China sente que o Japão deve algo ao seu país devido a extensão que a cultura chinesa influenciou a evolução do Japão, sendo até mesmo a escrita japonesa baseada na escrita chinesa. Para Rose (1998, p. 10), o que ocorreu

mais conturbadas da Ásia no presente<sup>21</sup>. Esse panorama deve-se primariamente graças as ações do Japão no continente desde sua modernização, com a China sendo alvo das ambições imperialistas do país. Assim, é essencial observar a história das interações entre os dois países e como a China, como um dos objetos de estudo desse trabalho, interpretou as ações japonesas.

A China começou a estabelecer relações com o Ocidente especialmente após a Guerra do Ópio<sup>22</sup>. Ela teve um progresso muito mais tardio em alcançar os padrões ocidentais de civilização, como explana Gong (1984, p. 146). O autor afirma que a adaptação lenta chinesa possivelmente foi efetiva para “diminuir a possibilidade de uma crise de identidade ao entrar na sociedade internacional<sup>23</sup>” (GONG, 1984, p. 147).

Essa adaptação vagarosa aos padrões ocidentais de sociedade pode ser interpretada como uma das causas da formação de como o Japão observava a China daquela época. Segundo Shih (2011, p. 2), a visão japonesa sobre seu vizinho dividia-se basicamente em duas vertentes: ora o Japão deveria se afastar da Ásia, região atrasada que tinha a China como seu maior componente, para promover uma maior aproximação com o Ocidente, ora o Japão deveria proteger o outro país, assim como a região, da agressão proeminente do Ocidente imperialista.

A visão do Japão sobre a China resumia-se a uma visão na qual ele sempre possuía a posição superior sobre seu vizinho. Seja como um território a ser protegido sob a tutela japonesa, seja um território que deveria ser conquistado e moldado aos padrões de sociedade civilizada como a que o Japão formava (SHIH, 2011, p. 2). Para Zachman (2009, p. 8) a China era vista como um empecilho para o caminho para a civilização na Ásia. Da reinserção japonesa na sociedade internacional, o país manteve relações com a China, sempre certificando que estas não eram mal vistas pelas potências ocidentais (ZACHMAN, 2009, p. 14). Logo, pode-se observar que a prioridade do

---

nessa época foi uma reversão dos papéis, onde o Japão passou da categoria de uma nação que aprendia com a China para uma nação que poderia ensinar para a China. É importante destacar também que os anos após a guerra não foram apenas de rivalidade pura entre os dois países; a autora também afirma que 1898 foi caracterizado como uma “era de ouro” da relação entre os dois países, com um intercâmbio de ideias e pessoas entre as duas nações.

<sup>21</sup> Segundo uma pesquisa realizada em 2014 pelo Pew Research Center, apenas 8% da população da China vê o Japão com bons olhos, não muito diferente do Japão cujo índice é de 7%. Disponível em : <<http://www.pewglobal.org/files/2014/07/2014-07-14-Balance-of-Power.pdf>> Acesso em 25 de março de 2016.

<sup>22</sup> A Guerra do Ópio é o nome dado aos conflitos entre a Grã-Bretanha e a China entre 1839 e 1842 relacionados ao tráfico do ópio para dentro da China. Disponível em : <<http://www.nytimes.com/1997/06/28/opinion/the-opium-war-s-secret-history.html>> Acesso em 25 de março de 2016.

<sup>23</sup> “[...]thereby lessened a possible crisis of identity upon entering the international society.[...]”(GONG, 1984, p. 147). Tradução livre.

Japão não era cooperação com sua região e sim aumentar sua influência sobre ela, entrando em atritos com a China<sup>24</sup>.

Contudo, foi nessa época que a primeira interação negativa entre os dois países pode ser reconhecida. Até o fim do século XIX, a China definia-se como a potência soberana da Ásia, julgando os outros territórios da região como sendo seus vassalos que lhe possuíam como modelo (BRIDGES, CHAN, 2006, p. 132). O país considerava o Japão como um dos territórios onde possuía influência. Para Zachman (2009, p. 29), a China valorizava o Japão a partir de quão capaz ele era de assemelhar a si, estando perpetuamente remetido a ser seu pupilo. Na sua percepção, o Japão tinha uma dívida com a China se considerada a vasta influência cultural que exerceu sobre o país (BUZYNSKI, 2004, p. 28). Logo, a aceitação do Japão dos conceitos ocidentais<sup>25</sup> e seu consequente desafio ao papel da China como dominante na Ásia (ZACHMAN, 2009, p. 13), pode ser observada como o primeiro momento em que a China observaria o Japão como um possível inimigo.

Foi após a sua vitória na Guerra Sino-Japonesa, em 1895, que o Japão parece adquirir prestígio internacionalmente, sendo considerado como um país com um promissor futuro como uma potência global (ZACHMAN, 2009, p. 41). Ele adquiriu suas primeiras colônias<sup>26</sup> (ROSE, 1998, p. 11) e começou a ter direito ao mesmo tratamento diplomático e comercial que os ocidentais possuíam na China. Para Bradley (2010, p. 194) as vitórias japonesas foram a confirmação do sucesso do povo japonês na sua ascensão ao status de um Estado civilizado de acordo com os padrões ocidentais.

É possível, então, ver que as interações entre os dois países da Ásia sofreram uma mudança de paradigma após a modernização do Japão, que começou a ver a China como um inimigo a ser derrotado, um símbolo de retrocesso (ZACHMAN, 2009, p. 153). Derrotada, a China passou por uma série de reformas, que foram iniciadas especialmente devido à crescente presença de poderes externos dentro do seu território<sup>27</sup>. Os primeiros anos do século XX foi um período em que a China percebeu

---

<sup>24</sup> Segundo Zachman (2009, p. 16), a partir da década de 1870 esses atritos se expandiram porque ambos queriam exercer maior influência sobre a Coreia, que era vista como um território estrategicamente importante.

<sup>25</sup> Zachman (2009, p. 18) explica que durante o período do Xogunato Tokugawa era a China que o Japão seguia como exemplo no caminho da modernização. Esse papel foi ocupado pelo Ocidente com a abertura do Japão.

<sup>26</sup> Os territórios adquiridos pelo Japão com sua vitória na Guerra Sino-Japonesa foram Taiwan, a península de Liaodong e Pescadores (ROSE, 1998, p.11).

<sup>27</sup> Zachman (2009, p. 55) dá a esses eventos o nome de *Far Eastern Crisis* (Crise do Extremo Oriente, em uma tradução literal), onde a ocupação da Alemanha em territórios chineses causou preocupação nas potências ocidentais, que buscaram assegurar territórios na costa da China. Para Otte (1995, p. 1157), o

que deveria se moldar aos padrões da sociedade internacional. Em 1º de janeiro de 1912, foi estabelecida a República da China, que buscava cumprir as funções e ser reconhecido como um Estado civilizado perante a sociedade internacional<sup>28</sup>.

Essa situação pode ser vista como o começo de um período em que o Japão usaria a China não apenas como seu oposto, o símbolo daquilo que não era (HOPF, 1998, p. 174), sendo também o período em que o Japão se expandiria em suas conquistas imperialistas na região da Ásia. A década de 1930, quando sinais de um novo conflito começavam a aparecer, seria também o período que marcaria a relação China-Japão, com os eventos dessa época sendo fatores de relevância na relação entre ambos na atualidade.

O ano de 1931 foi quando sinais iniciais de um conflito entre as duas nações começaram a eclodir. Para Rose (1998, p. 13) o marco inicial foi o chamado Incidente de Mudken ou Incidente da Manchúria em 18 de setembro de 1931<sup>29</sup>. O Japão teve o perfeito argumento para a invasão do território da Manchúria e a criação do seu estado-fantochete na região, o Manchukuo, em 1932. Tais eventos são apontados como o começo de catorze anos de hostilidade contra a China pelas mãos do Japão imperial (GUSTAFSSON, 2011, p. 152), que resultou na morte de milhões de civis e militares, além de inúmeros crimes de guerra (BRIDGES, CHAN, 2006, p. 141).

Conflito propriamente declarado entre a República da China e o Império do Japão começou em 1937, com o Incidente da Ponte de Marco Polo<sup>30</sup>. Terminaria apenas com a derrota japonesa pelas mãos dos Aliados em 1945. Durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa, que durou de 1937 até 1945, o Japão lançou uma campanha

---

interesse das potências ocidentais no país pode ser atribuído especialmente a sua derrota pelas mãos do Japão, responsável por expor a fraqueza do país ao resto do mundo. O autor afirma que a China começou a ser vista como uma nação que estava morrendo (nesse contexto, o autor destaca, a China começou a ser comparada com o Império Otomano, outro “homem doente” da época).

<sup>28</sup> Tal discurso foi proferido em 1º de janeiro de 1912, dia oficial do estabelecimento da República da China. O presidente provisório Sun Yat-sen afirmava que o Estado não era um membro efetivo da sociedade internacional ainda e que o governo provisório deveria se esforçar para alcançar tal objetivo, que visava também abolir os tratados desiguais que foram estabelecidos a China desde que essa começou a manter relações com outros países do Ocidente. (GONG, 1984, p. 158).

<sup>29</sup> O incidente foi a explosão de uma estrada de ferro perto da cidade de Mukden. O Japão suspeitou de nacionalistas chineses e usou a oportunidade para justificar a invasão da Manchúria. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/mukden-incident>> Acesso em 27 de março de 2016.

<sup>30</sup> O Incidente da Ponte de Marco Polo foi um incidente onde um soldado japonês desapareceu perto da Ponte de Marco Polo, fora de Pequim. Culpando os chineses, os japoneses quiseram procurar pelo soldado nos arredores, mas não foram permitidos. Enquanto isso ocorria, um disparo de arma foi ouvido e ambos os lados acreditavam que o outro lado havia atirado, o que acabou gerando um conflito real e consequentemente iniciando a guerra entre China e Japão. Disponível em: <<http://www.chinapost.com.tw/editorial/taiwan-issues/2009/07/07/215168/The-Marco.htm>> Acesso em 27 de março de 2016.

extremamente violenta contra o território da China, caracterizada por saques dos territórios conquistados, mortes e estupros a números alarmantes por mão do exército japonês (ROSE, 1998, p. 14). Dentre as atrocidades cometidas pelo Japão durante a guerra contra a China, o maior foi o que ocorreu na cidade de Nanquim, onde, durante seis semanas, o exército japonês massacrrou mais de trezentos mil civis e prisioneiros de guerra que se encontravam na cidade<sup>31</sup> (BRIDGES, CHAN, 2006, p. 142), além de estuprar um número incontável de mulheres (GUSTAFSSON, 2011, p. 153).

Com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial pelos Aliados e sua consequente ocupação comandada pelos Estados Unidos, a relação com a China foi colocada em segundo plano. A China passava por um processo de reformas após a ascensão do Partido Comunista Chinês, a criação da República Popular da China e sua separação com o governo da República da China, que foi realocada para o território de Taiwan. O Japão também não normalizou a relação com a China como fez com os Aliados, só normalizando relações em 1972<sup>32</sup>.

Contudo, mesmo sendo recentes as memórias da agressão japonesa na China, a imagem do Japão após a Segunda Guerra Mundial era um pouco diferente do que poderia se assumir. De acordo com Denton (2007, p. 01), a imagem que o governo chinês queria construir para si, sua identidade, era a de uma nação que havia prevalecido na guerra graças aos esforços do seu povo e, o autor destaca, a imagem das vítimas de atrocidades da guerra não se encaixavam bem nessa narrativa. Grande parte dessa construção baseava-se, segundo Callahan (2004, p. 202), na celebração tanto das vitórias, como também de suas fraquezas para sua construção como um país fortalecido após as adversidades<sup>33</sup>.

#### 2.4 Interação e conflito: A construção de uma identidade japonesa negativa

---

<sup>31</sup> Bridges e Chan (2006, p. 142), explicam que o número de 300 mil é estimado por fontes chinesas.

<sup>32</sup> O Japão normalizou sua relação com Taiwan em 1952, com o Tratado de Taipei. Com relação à normalização entre o Japão e a República Popular da China, essa se realizou em 29 de setembro de 1972, após o encontro do primeiro ministro Tanaka Kakuei e do presidente Mao Tsé Tung. Nesse momento, o Japão reconheceu o governo da República Popular da China como o real governo da China. Disponível em: < <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html> > Acesso em 27 de março de 2016.

<sup>33</sup> Callahan (2004) explica que existe na China um forte discurso sobre a “humilhação nacional”. O termo não se refere a um discurso de uma China vítima das adversidades, mas sim a um país que ao fim do chamado “século de humilhações” iria se recuperar e se fortalecer. O autor explica que o termo século de humilhações normalmente se refere ao período da Guerra do Ópio até 1949, com a ascensão do Partido Comunista Chinês.

Mesmo com a normalização entre os dois países em 1972, Rose (1998, p. 17) argumenta que a relação entre ambos vem sendo marcada por certas controvérsias. Mesmo com uma relação econômica que vem se fortalecendo cada vez mais desde a década de 1970 (HOPPENS, 2015, p. 188), essa relação ainda é marcada por conflitos que parecem estar longe de serem resolvidos, com as memórias do Japão imperial ainda vividamente lembradas por parte da China.

É importante destacar que conflito nesse caso não significa um combate de caráter bélico. O conflito nesse caso significa que, mesmo sendo grandes parceiros no plano econômico, as duas nações não conseguem manter uma relação tranquila em outros planos (BRIDGES, CHAN, 2006, p. 128). A análise das interações entre os dois países desde a normalização de suas relações parece demonstrar que ações internas e externas do Japão não facilitam que a China comece a vê-lo como um aliado, mas sim como uma ameaça que poderia retomar suas ambições militaristas. Alguns exemplos ilustram ações do Japão que reforçam a construção de uma identidade japonesa negativa para a China, através de casos diretamente relacionados ao país e também de outros fatores da guerra que não afetam somente a China, mas também a Coreia do Sul.

Para Coble (2007, p. 397), foi após a morte de Mao Tsé Tung em 1976 (COBLE, 2007, p. 397) que a China começou a adentrar na relação do Japão com o seu passado. A partir da década de 1980, a resistência contra a dominação por parte do Japão não era mais um tópico inexistente dentro da China, sendo ativamente debatido em diversas áreas no país (COBLE, 2007, p. 402).

Com as memórias de uma história em comum entre as duas nações, um dos fatores que tem adquirido maiores reações, especialmente por parte da China, é a ideia de que o Japão tenta minimizar ou justificar suas ações na Ásia durante o período de guerra, sem realmente expressar remorso (YANG, 2003, p. 307). Tomiichi Murayama, primeiro-ministro do Japão em 1995, foi o primeiro em seu cargo a de fato realizar um pedido de desculpas oficial pelas ações do país durante o conflito<sup>34</sup>. Contudo, desde a normalização de relações entre os dois países, foram inúmeras as tentativas de justificar as ações japonesas. Buzan (2010, p. 26) considera que além de não tentar melhorar a relação com a China, as ações japonesas muitas vezes contribuíram para a deterioração dessa relação.

---

<sup>34</sup> Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama "On the occasion of the 50th anniversary of the war's end" (15 August 1995). Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/announce/press/pm/murayama/9508.html>> Acesso em 27 de março de 2016.

Em 1994, o ministro da justiça, Shigeto Nagano, afirmou que o massacre de Nanquim era uma fabricação para manchar a imagem do Japão e que as ações do país na Ásia foram justificadas para a liberação dos países vizinhos, um objetivo que ele considerava justo na época da guerra (LIND, 2008, p. 75). Em 1995, o ministro da educação, Yoshinobu Shimamura, afirmou que considerar ou não a guerra como uma agressão era uma questão de diferentes pontos de vista (LI, 2009, p. 116). Em 2014, um dos membros da estatal japonesa de televisão NHK negou a ocorrência do Massacre de Nanquim<sup>35</sup>. Tentativas de justificar as ações do Japão demonstram para a China que o país não sente remorso por suas ações, não reconhecendo os erros que cometeu durante sua história (BRIDGES, CHAN, 2006, p. 132).

Outro ponto que acaba por contribuir negativamente para a imagem do Japão é a questão do templo Yasukuni. O templo é datado do fim século XIX e era mantido oficialmente pelo governo do país até a ocupação<sup>36</sup>. Ele gera forte reações negativas em países como a China e a Coreia do Sul<sup>37</sup>, que sofreram pelas ambições imperialistas do Japão (SHIBUICHI, 2005, p. 199). O templo Yasukuni é onde se conserva a memória, e na religião xintoísta, as almas dos mortos que, de acordo com Shibuichi (2005, p. 198), são considerados heróis que serviram o Japão, como soldados, militares e civis. Desde 1978, o templo abriga como heróis diversas pessoas que foram executadas como criminosos de guerra após a Segunda Guerra Mundial (HOPPENS, 2015, p. 230).

Visitas por parte dos políticos japoneses, especialmente do primeiro-ministro, são consideradas uma ofensa por parte daqueles que ainda lembram das ações do Japão até 1945<sup>38</sup>, sendo a escolha do primeiro-ministro de visitar ou não o templo uma decisão que acaba por ter consequências tanto interna quanto externamente<sup>39</sup>. As visitas do primeiro-ministro Junichiro Koizumi em 2001 acabaram por gerar reações negativas

---

<sup>35</sup>Governor of Japan broadcaster NHK denies Nanjing massacre. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-26029614>> Acesso em 27 de março de 2016.

<sup>36</sup> Shibuichi (2005, p. 197) explica que o templo era mantido pelo Ministério do Exército e da Marinha até 1946, quando se cortou a ligação entre o Estado e o xintoísmo, religião oficial do Japão até a ocupação.

<sup>37</sup> O caso da Coreia do Sul também é intensificado porque, durante a ocupação japonesa, a religião xintoísta foi imposta como religião oficial a população coreana (SHIBUICHI, 2005, p. 205).

<sup>38</sup> A visita do então primeiro-ministro, Yasuhiro Nakasone, em 1985, foi responsável por protestos de estudantes em algumas cidades na China (HOPPENS, 2015, p. 230) e gerou uma reação negativa muito maior do que a esperada, com veículos oficiais da mídia chinesa expressando a reprovação do ato por parte do Ministério das Relações Exteriores do país (SHIBUICHI, 2005, p. 207). Até então, as visitas do primeiro-ministro eram ocorrências comuns, mas a resposta internacional negativa acabou por tornar o ato da visita uma ação a ser considerada cuidadosamente (SHIBUICHI, 2005, p. 205).

<sup>39</sup> Shibuichi (2005) considera que a decisão de visitar o templo ou não implica consequências internas também porque acaba por refletir as inclinações políticas do partido governante do Japão, com partidos direitistas sendo mais favoráveis a visitas ao templo já que, segundo o autor, esses partidos acabam por lembrar de forma mais amena das ações do país na Segunda Guerra Mundial.

fortes tanto por parte da China, quanto da Coreia do Sul, e podem ser observadas como um fator para contribuir com a imagem negativa do Japão (SHIBUICHI, 2005, p. 211). A questão do templo parece estar longe de ser resolvida, com o atual primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, realizando visitas ao templo<sup>40</sup> e demonstrando um posicionamento favorável<sup>41</sup> a sua existência.

Há também o caso das chamadas “mulheres de conforto”, que eram mulheres que foram forçadas a prestar serviços sexuais a soldados japoneses durante a Segunda Guerra Mundial (BRIDGES, CHAN, 2006, 143). Mesmo que a Coreia do Sul esteja mais propensa a vindicar pedidos de desculpa do Japão nessa questão, a China também exige que o país ofereça retratações<sup>42</sup>, tendo aberto em 2015 o primeiro memorial dedicado a essas mulheres<sup>43</sup>.

Apenas em 1991 ações contra o governo japonês começaram a ser exigidas para a compensação dessas mulheres (GUSTAFSSON, 2011, p. 156). Em 1995, o governo japonês anunciou a criação do *Asian Women's Fund*<sup>44</sup> que providenciaria para cada sobrevivente a quantidade de ¥ 2 milhões, quantia equivalente aproximadamente a R\$ 65 mil, e uma carta do primeiro-ministro expressando remorsos. Essa iniciativa foi recebida de maneira negativa. A carta foi criticada por não ser considerada um pedido de desculpa oficial por parte do país. Ativistas da Coreia do Sul a criticaram não apenas por ser somente uma carta pessoal escrita pelo Primeiro Ministro, como também em razão da origem do dinheiro, proveniente de fundos de caridade, não propriamente fundos do governo japonês<sup>45</sup>. De acordo com Lind (2008, p. 66), na visão das sobreviventes essas medidas não demonstravam remorso por parte do governo japonês.

O Japão continua a construir uma imagem negativa nesse aspecto também com ações que negam esse remorso. Em 2007, o primeiro-ministro Shinzo Abe negou que

---

<sup>40</sup> China condemns Japan PM Shinzo Abe's Yasukuni shrine visit. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-25518166>> Acesso em 27 de março de 2016.

<sup>41</sup> It's 'natural' for leaders to visit Yasukuni, Abe says. Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/news/2015/02/18/national/politics-diplomacy/its-natural-for-leaders-to-visit-yasukuni-abe-says/#.VvgLDeIrLIU>> Acesso em 27 de março de 2016.

<sup>42</sup> China, Taiwan Apply Pressure to Japan Over 'Comfort Women' Issue. Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/01/china-taiwan-apply-pressure-to-japan-over-comfort-women-issue/>> Acesso em 16 de abril de 2016.

<sup>43</sup> Xinhua Insight: Memorial for "comfort women" opens in east China. Disponível em: <[http://news.xinhuanet.com/english/2015-12/01/c\\_134874199.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2015-12/01/c_134874199.htm)> Acesso em 16 de abril de 2016.

<sup>44</sup> Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama on the occasion of the establishment of the "Asian Women's Fund". Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/women/fund/state9507.html>> Acesso em 8 de maio de 2016.

<sup>45</sup> Japan's divisive 'comfort women' fund. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/6530197.stm>> Acesso em 16 de abril de 2016.

essas mulheres foram forçadas a prestar serviços sexuais<sup>46</sup>. O prefeito da cidade de Osaka em 2013, Toru Hashimoto, afirmou que a existência das “mulheres de conforto” era necessária para o descanso dos soldados japoneses<sup>47</sup>.

Outra ocorrência que atribuiu maior negatividade ao Japão foi o caso dos livros didáticos japoneses que, de acordo com Li (2009, p. 138), mostra versões distorcidas das ações do país na Coreia do Sul e na China e que, para Hundt e Bleiker (2007, p. 72) minimizava a dor e sofrimento das vítimas do Japão. Em 1982, protestos foram realizados na China como uma resposta a existência desses livros (HOPPENS, 2015, p. 230). Em 2005, novos livros didáticos foram alvo de reclamação da Coreia do Sul e da China por oferecer versões que estes consideravam distorcidas dos acontecimentos da guerra, como se os chineses e coreanos tivessem aceitado a dominação japonesa (HUNDT, BLEIKER, 2007, p. 75). Para Rose (1998, p. 01), a questão estava diretamente relacionada ao que ela chama de “embelezamento” das ações japonesas na guerra. A autora destaca também que a questão dos livros didáticos pode ser vista como o evento responsável por trazer o debate da responsabilidade japonesa pelas suas ações na guerra para o cenário internacional (ROSE, 1998, p. 04).

Um caso relacionado diretamente à identidade da China seria a relação do Japão com o governo de Taiwan. Hoppens (2015, p. 100) explica que ao normalizar a sua relação com a China em 1972, o Japão buscou não sacrificar seus laços culturais e econômicos com Taiwan. De acordo com Buszynski (2004, p. 71) a China se preocupa com a simpatia presente em setores dentro do Japão por Taiwan, enfatizando que o país sente que Taiwan reconhece ter se beneficiado com a colonização japonesa e não critica o passado do país como a China faz. Dados do Ministério de Relações Exteriores do Japão mostram que a opinião pública do país era muito mais positiva a Taiwan do que a China, com Taiwan também tendo uma opinião mais positiva em relação ao Japão<sup>48</sup>. Além disso, o governo de Taiwan afirma que só esteve sob autoridade da China durante 1945 a 1949, sendo até então, durante o período de 1895 até 1945, uma colônia do Japão (BUSZYNSKI, 2004, p. 32).

---

<sup>46</sup>Japanese PM denies wartime 'comfort women' were forced. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1544471/Japanese-PM-denies-wartime-comfort-women-were-forced.html>> Acesso em 27 de março de 2016.

<sup>47</sup> Japan WWII 'comfort women' were 'necessary' – Hashimoto. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-22519384>> Acesso em 27 de março de 2016.

<sup>48</sup>Recent Japan-Taiwan Relations and the Taiwan Situation. Disponível em: <[http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/taiwan/pdfs/japan-taiwan\\_relations.pdf](http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/taiwan/pdfs/japan-taiwan_relations.pdf)> Acesso em 27 de março de 2016.

A boa relação ainda torna mais negativa a imagem do Japão. De acordo com Brown (2004, p. 03), o povo chinês sente que Taiwan é uma parte da China. Buszynski (2004, p. 165) explana que a unidade do estado é essencial para a identidade chinesa, tornando o caso de Taiwan um desafio. O país é crítico dos grupos pró-Taiwan existentes no governo japonês (BUSZYNSKI, 2004, p. 29) e, por ser um ponto essencial para sua identidade como um estado moderno<sup>49</sup>, a associação do Japão com Taiwan pode deteriorar ainda mais a sua imagem.

Outro fator relacionado a territórios seria o problema de um grupo de ilhas disputada por ambos<sup>50</sup>. As ilhas, chamadas de Diaoyu<sup>51</sup> pela China, e de Senkaku<sup>52</sup> pelo Japão, se encontram no mar entre Taiwan e Okinawa (BRIDGES, CHAN, 2006, p. 148) e a disputa chamou maior atenção depois que um grupo japonês construiu um farol no território em 1996 (YANG, 2003, p. 313). A questão da posse das ilhas vem atraindo maior atenção e, em 2012, foi objeto de diversos protestos organizados pela China<sup>53</sup>, pois o governo japonês afirmava ter comprado algumas das ilhas da família que supostamente seria dona de seus direitos<sup>54</sup>. Uma solução ainda parece estar longe de ser alcançada, com a tensão aparecendo novamente depois que o Japão enviou navios para patrulhar as ilhas em abril de 2016<sup>55</sup>.

Vista com preocupação pela China e relacionada às questões aqui citadas, está também a possibilidade do rearmamento do Japão, proibido pela sua constituição. Esse fator é ligado ao desejo do país de estabelecer um papel mais ativo internacionalmente, sendo este refletido especialmente pela sua proximidade com a Organização das Nações Unidas (ONU) (LI, 2009, p. 115). Buszynski (2004, p. 72) afirma que após o atentado de 11 de Setembro, os debates acerca do papel do Japão para a segurança internacional

---

<sup>49</sup> Buszynski (2004, p. 29) afirma que para a China a proteção de suas fronteiras faz parte da definição de um Estado moderno, sendo Taiwan uma questão crítica pois poderia ser considerado um caso de perda de parte da sua identidade como Estado.

<sup>50</sup> A soberania das ilhas também é disputada por Taiwan (BRIDGES, CHAN, 2004, p.148)

<sup>51</sup> Diaoyu Dao, an Inherent Territory of China. Disponível em: <[http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/topics\\_665678/diaodao\\_665718/t973774.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/diaodao_665718/t973774.shtml)> Acesso em 27 de março de 2016.

<sup>52</sup> Japanese Territory. Senkaku Islands. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/senkaku/>> Acesso em 27 de março de 2016.

<sup>53</sup> ROC, PRC flags fly together at anti-Japan protest in NY. Disponível em: <<http://www.chinapost.com.tw/asia/regional-news/2012/09/18/354675/ROC-PRC.htm>> Acesso em 16 de abril de 2016.

<sup>54</sup> Japan agrees to buy disputed Senkaku islands. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/japan/9521793/Japan-agrees-to-buy-disputed-Senkaku-islands.html>> Acesso em 16 de abril de 2016.

<sup>55</sup> Japan deploys 12 coast guard ships to patrol disputed Diaoyu Islands. Disponível em: <<http://www.scmp.com/news/asia/diplomacy/article/1933502/japan-deploys-12-coast-guard-ships-patrol-disputed-diaoyu>> Acesso em 16 de abril de 2016.

se intensificaram, permitindo que demandas por uma maior contribuição securitária sejam debatidas.

A China não vê com bons olhos a questão militar no Japão. Li (2009, p. 138) afirma que as análises sobre segurança do Japão feitas pela China acabam por sempre tomar em consideração as ações do país na sua história e sua tendência ao militarismo. Fatores como a existência do templo Yasukuni, visto pela China como um modo de honrar o militarismo japonês (SHIBUICHI, 2005, p.213) não ajuda a percepção chinesa de que, em algum momento, o Japão irá retomar o militarismo e pode se tornar uma ameaça na região da Ásia (YANG, 2003, p. 318). A Coreia do Sul parece ter a mesma opinião da China acerca do militarismo japonês<sup>56</sup> e uma percepção mais positiva em relação ao Japão parece algo ainda distante se consideradas as mudanças acontecendo no país em relação a sua constituição pacifista<sup>57</sup>.

## 2.5 Identidade japonesa: Parceiro econômico, diferentes visões da história

Tamamoto (2005, p. 58), afirma que os problemas dos dois países têm raízes na história que ambos dividem entre si. A identidade que a China hoje tem do Japão é profundamente marcada pelas interações passadas e essa identidade que começa de problemas históricos parece se espalhar e afetar também questões materiais. Como pontuado pelo construtivismo e já anteriormente demonstrado no trabalho, identidades não são fatores fixos afetados apenas por questões materiais. A identidade de uma nação e as percepções sobre ela serão mudadas ao longo de suas interações, sendo essas reconstruídas constantemente (WELDES, 1996, p. 286). A China que o Japão conhecia na Ásia mudou desde o fim da Segunda Guerra Mundial, não sendo mais o país fraco que precisa da sua supervisão (SHIH, 2011, p. 15). O país não parece aceitar ainda o peso de suas ações na Ásia, reforçando todo ano sua imagem negativa para seus vizinhos devido a questão do pedido de perdão por parte dos seus chefes de governo<sup>58</sup>.

---

<sup>56</sup>Nearly 60% of South Koreans view Japan as military threat: joint survey. Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/news/2015/05/29/national/nearly-60-of-south-koreans-view-japan-as-military-threat-joint-survey/#.VvTIK-IrLIU>> Acesso em 27 de março de 2016.

<sup>57</sup>Japan to allow military role overseas in historic move. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-34287362>> Acesso em 27 de março de 2016.

<sup>58</sup>Japan's Apologies for World War II. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/interactive/2015/08/13/world/asia/japan-ww2-shinzo-abe.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/interactive/2015/08/13/world/asia/japan-ww2-shinzo-abe.html?_r=0)> Acesso em 27 de março de 2016.

As ações japonesas no século XX ainda são fatores cuidadosamente considerados na Ásia<sup>59</sup>. Para a China, o Japão parece ter uma identidade dividida. Uma, é a do antigo agressor, que marcou sua história. A outra, é a do parceiro comercial, com o qual a China divide uma relação econômica muito próxima, mas com relações políticas deterioradas (GRIES, 2005, p. 831).

A possibilidade de um relacionamento mais harmonioso entre os dois países existe, pois como já afirmado, identidades são passíveis de mudança e depende da interação entre as partes presentes em uma relação (WENDT, 1992, p. 430). Se as interações entre ambos continuarem se repetindo de forma negativa, a China continuará atribuindo ao Japão a identidade de um país que, mesmo sendo um parceiro econômico importante, não reconhece sua história e responsabilidade perante suas ações.

---

<sup>59</sup> Ashizawa (2008) afirma que em razão das memórias sobre a hostilidade japonesa, o país constantemente tem de engajar em ações para garantir que não tem intenções agressivas para com seus vizinhos. Essa necessidade é, segundo a autora, um resultado da construção da identidade do Japão como um agressor na sua região, sendo necessária a ação de assegurar as intenções pacíficas japonesas (ASHIZAWA, 2008, p. 588).

### **3 ALIANÇA: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES E A PERCEPÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE O JAPÃO**

No presente capítulo será explorada a relação entre Estados Unidos e Japão. Momentos importantes para a construção do relacionamento que existe atualmente entre os dois lados serão apresentados e analisados de modo a tentar compreender qual é a percepção estadunidense acerca da identidade japonesa e como essa identidade foi construída a partir de suas interações.

A relação entre os Estados Unidos e o Japão, na atualidade, é caracterizada especialmente pela cooperação econômica e militar. O Japão é reconhecido pelos Estados Unidos como uma democracia e força econômica de sucesso, com a qual divide uma relação baseada em valores comuns, como a promoção de direitos humanos e liberdade política e econômica.<sup>60</sup> Contudo, é importante salientar que, mesmo próximos hoje, os dois países têm uma história caracterizada por certas conturbações em sua relação. Com isso em mente, nessa seção o objetivo será analisar as interações dos dois países e observar como essas podem ser responsáveis pela percepção estadunidense sobre o Japão.

#### 3.1 Estados Unidos e Japão: emergente nas Américas, estudante na Ásia

Buszysnki (2004, p. 111) caracteriza os Estados Unidos como país com maior influência em razão de suas ideologias e crenças, do que pela sua história. Em contrapartida, o autor explica que a Ásia é severamente conectada ao seu passado, acreditando que é através da história que comunidades e crenças são criadas (BUSZYSNKI, 2004, p. 113). No caso do Japão, Calder (2009, p. 31) afirma que no começo de sua história, poucas nações eram tão diferentes quanto Estados Unidos e Japão, que não pareciam se importar muito um com o outro. Para Murray e Ishizu (2010, p. 02), enquanto muito diferentes, as duas nações possuíam certas similaridades entre si durante o século XIX. Especificamente em relação aos seus problemas domésticos,

[...] the isolation of the two nations from the rest of the world in the nineteenth century allowed them a period of relative calm to address their internal problems: the United States to complete the conquest of a significant

---

<sup>60</sup> U.S. Relations with Japan. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/4142.htm>> Acesso em 11 de abril de 2016.

portion of the North American Continent; the Japanese to catch up to the issues raised by the European scientific and technological revolutions. [...] while both nations confronted a relatively benign environment in terms of threats, both confronted significant internal challenges. In the case of the United States, the Civil War came close to destroying the nation.[...] While the Japanese never went through anything as bloody as the American Civil War, the Meiji Restoration overthrew the established order with considerable bloodshed, while destroying the Samurai class's privileged position in Japanese society—a wrenching experience indeed.(MURRAY, ISHIZU, 2010, p. 2)

Mesmo com a tentativa de estabelecer contato com o Japão desde 1830<sup>61</sup>, os Estados Unidos só o conseguiram no ano de 1853 (GONG, 1984, p. 167), época em que ideologias como o Destino Manifesto se espalhavam nos Estados Unidos<sup>62</sup>. O país então tornou-se o responsável por trazer o Japão de volta ao cenário internacional (CALDER, 2009, p. 31) após um longo período de isolamento no qual mantinha contato mínimo com forças estrangeiras<sup>63</sup>. Foi nesse cenário de mudanças que os dois países voltaram a estabelecer relações bilaterais, com o Tratado de Kanagawa, assinado em 1854<sup>64</sup>, e um acordo comercial entre os dois países estabelecido em 1858<sup>65</sup>. A chegada dos Estados Unidos ao Japão foi um dos marcos para as reformas que seriam feitas no país, que, como já exposto anteriormente, se adaptaria de forma extremamente veloz às instituições ocidentais.

Os Estados Unidos tornaram-se responsáveis pela mediação de problemas que pudessem surgir entre o Japão e a Europa (GONG, 1984, p. 169), possuindo uma posição de privilégio em sua relação com o país. O Japão procurou manter uma maior proximidade com o Ocidente do que com a Ásia<sup>66</sup>. Essa atitude, somada com a rápida modernização japonesa, exposta no primeiro capítulo, gerou uma visão positiva sobre o

---

<sup>61</sup> MILESTONES: 1830–1860.The United States and the Opening to Japan, 1853. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1830-1860/opening-to-japan>> Acesso em 11 de abril de 2016.

<sup>62</sup> Destino Manifesto é uma ideologia que afirmava que era o destino da nação estadunidense estava destinada a expandir seu território ao longo do continente, sendo empregada a partir da década de 1840 (MOUNTJOY, 2009, p. 9). A ideia simbolizava uma das formas que o povo estadunidense percebia o mundo e qual era seu papel nele (MOUNTJOY, 2009, p. 17).

<sup>63</sup> O Japão mantinha contato mínimo nessa época com países como Coreia, China e Holanda (SANT, MAUCH, SUGITA, 2007, p. 5).

<sup>64</sup>A chegada dos navios estadunidenses e a consequente assinatura do Tratado de Kanagawa gerou enorme insatisfação em determinadas partes da população e do governo de Tokugawa. O resultado foi um período de instabilidade interna durante 1853 a 1868 que culminou na queda do xogunato Tokugawa e ascensão ao poder por parte do imperador Meiji (SANT; MAUCH; SUGITA; 2007,p. 8).

<sup>65</sup> MILESTONES: 1830–1860.The United States and the Opening to Japan, 1853. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1830-1860/opening-to-japan>> Acesso em 11 de abril de 2016.

<sup>66</sup> Segundo Ashizawa (2013, p. 67) a história diplomática do Japão moderno teve seu início marcado pelo debate sobre qual deveria ser a posição do Japão no cenário internacional, se ele buscar um maior alinhamento com o Ocidente ou se deveria buscar alianças na Ásia.

país por parte dos Estados Unidos, que no início do século XX<sup>67</sup> começou a constatar que o Japão era um país capaz de compreender as instituições civilizadas ocidentais e que poderia propagar esse conhecimento na Ásia (BRADLEY, 2010, p. 232).

A ideia de superioridade que o Japão começou a adquirir para si após sua interação com os Estados Unidos, já apresentada nos capítulos dois, tem uma importância se considerada que era na nação estadunidense que o Japão encontrava seu exemplo. Para Buszynski (2004, p. 114) é interessante analisar que, em contraste com a Europa e a Ásia, onde diferentes culturas coexistiam por séculos, os Estados Unidos não tinha a oportunidade de encontrar culturas diferentes da sua, sendo dominante em sua região. O autor atribui a esse histórico a noção existente dentro do país de que seus valores tem a capacidade de corrigir todo tipo de injustiça e que a universalização desses conceitos seria capaz de resolver todos os problemas existentes. No caso dos Estados Unidos, é possível observar que o país nesse momento era um exemplo claro da extensão do contexto doméstico para a formação da identidade de um país no cenário internacional, como explicado por Hopf (1998, p. 195).

O apoio estadunidense incentivou a marcha do Japão para conquistar territórios na Ásia com o objetivo de “civiliza-los” e ocasionou o envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial (BRADLEY, 2010, p. 238). É interessante observar que, ao alertar para os perigos que a Europa e os Estados Unidos representavam na Ásia, o Japão encaixava-se no mesmo papel que estes possuíam, de uma potência imperialista que, supostamente, apresentava um ideal digno para justificar a conquista de outros povos (PYLE, 2007, p. 207).

É interessante considerar também a semelhança entre os dois países nesse contexto, com ambos sendo caracterizados como potências em ascensão e comparados com países europeus que estavam em declínio (SANT, MAUCH, SUGITA, 2007, p. 11). Do início do contato entre os dois países até os primeiros anos do século XX, a relação de ambos sofreu uma grande mudança. O Japão não era mais um território a ser conquistado, desenvolvendo-se com o fim de se tornar uma notável força militar em sua região. A conquista de seus primeiros territórios, adquiridos após suas vitórias em conflitos no início do século XX<sup>68</sup> trouxe ao Japão o prestígio na percepção estadunidense (MURRAY, ISHIZU, 2010, p. 3). O presidente Theodore Roosevelt via

---

<sup>67</sup> Nesse caso, como explanado por Sant, Mauch e Sugita (2007, p. 12), essa visão sobre o Japão era refletida especialmente pela conduta do presidente Theodore Roosevelt que, nas palavras dos autores, “acreditava que o Japão estava lutando a batalha dos Estados Unidos”.

<sup>68</sup> Esses conflitos foram a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905).

com bons olhos a vitória do Japão contra a Rússia, apoiando as conquistas do Japão na Ásia no começo do século XX (SANT, MAUCH, SUGITA, 2007, p. 12).

### 3.2 Percepções negativas e o conflito no Pacífico

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a relação entre os dois países sofreria grandes mudanças. Os Estados Unidos e o Japão foram as duas grandes potências da época que menos perderam com o conflito (MURRAY, ISHIZU, 2010, p. 03) e desde a Conferência de Paz de Paris, 1919, os atritos entre os dois lados começavam a aparecer (SANT, MAUCH, SUGITA, 2007, p. 15). O período de 1919 até 1945 foi marcado por uma rápida deterioração da imagem do Japão para os Estados Unidos. Mesmo com a Conferência Naval de Washington em 1921<sup>69</sup>, planejada para promover a estabilidade principalmente na área do Pacífico (DAVIDANN, 2007, p. 59), a tensão entre os dois países não diminuiu. O país deixou de ser um aliado a ser apoiado durante a Guerra Russo-Japonesa<sup>70</sup> e um possível líder da região para ser percebido como uma verdadeira ameaça pelos Estados Unidos (DAVIDANN, 2007, p. 41). A percepção negativa acerca da constante tentativa de interferência japonesa na China desde a Primeira Guerra Mundial (DAVIDANN, 2007, p. 44) e a instituição da Lei de Imigração de 1924<sup>71</sup>, responsável por diminuir a taxa de imigrantes japoneses<sup>72</sup> para o país (CADLER, 2009, p. 31) foram alguns dos fatores essenciais para a deterioração no relacionamento bilateral entre as duas nações.

Após a guerra, os Estados Unidos pareciam se preocupar com as possíveis consequências de envolver-se em outros conflitos (MURRAY, ISHIZU, 2010, p. 4), o que o fez voltar-se para um posicionamento mais isolado, afastando-se até mesmo do envolvimento com a Liga das Nações (DOBSON, 2002, p. 30). Segundo Hoffman (2010, p. 16), o isolacionismo estadunidense era compatível com sua desconfiança

---

<sup>69</sup>MILESTONES: 1921–1936 The Washington Naval Conference, 1921–1922. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/naval-conference>> Acesso em 21 de abril de 2016.

<sup>70</sup> A Guerra Russo-Japonesa foi um conflito entre ambos os países ocorrido entre 1904 e 1905 e responsável por trazer ao Japão o status de grande potência e apoio por parte dos Estados Unidos, que via o país como um possível emissário de seus interesses na Ásia. (PYLE, 2007, p. 94).

<sup>71</sup>MILESTONES: 1921–1936 The Immigration Act of 1924 (The Johnson-Reed Act) Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/immigration-act>> Acesso em 17 de abril de 2016.

<sup>72</sup> De acordo com o *United States Census Bureau*, em 1920 o número de imigrantes originários de países da Ásia era em média correspondente a 127836. Na década de 1940, esse número havia caído para 87326. Race and Hispanic Origin of the Foreign-Born Population: 1850 to 1990. Disponível em: <<https://www.census.gov/population/www/documentation/twps0029/tab09.html>> Acesso em 25 de abril de 2016.

histórica acerca dos problemas causados dentro da Europa, por membros de sua região. Durante a década de 1930, a posição estadunidense foi de se manter fora das possibilidades de conflito que começavam a surgir em outras regiões (DOBSON, 2002, p. 30). Tal posição era reforçada pelas Leis da Neutralidade, que buscavam manter os Estados Unidos fora de possíveis problemas em outras regiões<sup>73</sup>.

Com a crise de 1929<sup>74</sup>, a relação entre os países se deteriorou. Sendo uma nação de território extremamente limitado, o Japão dependia do comércio com seus parceiros econômicos para adquirir a matéria-prima que precisava. A invasão da Manchúria por parte do Japão, apresentada com maiores detalhes no último capítulo, foi alvo de grande repúdio internacionalmente, acarretando em sua saída da Liga das Nações (SANT, MAUCH, SUGITA, 2007, p. 17). Devido ao seu isolacionismo pós-guerra e seu foco nas questões domésticas (DOBSON, 2002, p. 33) os Estados Unidos não lidou com o crescente expansionismo japonês na Ásia, que evoluiu para uma guerra contra a China em 1937, já detalhada no capítulo anterior.

A invasão japonesa da Manchúria e sua campanha contra outros países da Ásia auxiliou na construção de uma percepção negativa sobre o país. A identidade do Japão para os Estados Unidos como um inimigo aumentaria durante o período de 1941 a 1945, com o sentimento contra o Japão crescendo cada vez mais também internamente na nação norte-americana<sup>75</sup>. A assinatura do Pacto Tripartite em 1940, que colocava o Japão em aliança com Alemanha e Itália (GONÇALVES, 2010, p. 215), seria responsável por deteriorar de forma mais extensa a imagem do Japão para os Estados Unidos.

Seria apenas em 1941 que os Estados Unidos entrariam na guerra<sup>76</sup>. Os Estados Unidos já mantinham um embargo de petróleo contra o Japão naquele ano (CALDER, 2009, p. 32), medida que, na opinião de Davidann (2007, p. 2) fortaleceu o caminho

---

<sup>73</sup>MILESTONES: 1921–1936 The Neutrality Acts, 1930s. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/neutrality-acts>> Acesso em 16 de abril de 2016.

<sup>74</sup> A crise de 1929 foi o momento na história quando, devido a fatores como a Primeira Guerra Mundial e as mudanças no cenário econômico internacional, o mercado de diversos países entrou em crise; Especificamente em 1929, o mercado de ações estadunidense sofreu uma grande queda. Os anos seguintes foram de instabilidade econômica, com o abandono do padrão ouro e a emergência de regimes militares no Japão, na Alemanha e Itália.

MILESTONES: 1921–1936. The Great Depression and U.S. Foreign Policy. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/great-depression>> Acesso em 25 de abril de 2016.

<sup>75</sup> Yoshida (2006, p. 37) explica que depois da invasão em 1931, a popularidade japonesa nos Estados Unidos sofreu um extensivo declínio. A medida que mais atos de brutalidade japonesa dentro dos territórios ocupados eram divulgados a visão negativa sobre o Japão e seus cidadãos se expandia.

<sup>76</sup>MILESTONES: 1937–1945 Lend-Lease and Military Aid to the Allies in the Early Years of World War II. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1937-1945/lend-lease>> Acesso em 16 de abril de 2016.

para a guerra tendo em vista que mais que 80% do petróleo que alimentava o aparato militar japonês era de origem estadunidense. Após o ataque em Pearl Harbor no mesmo ano, o país entrava em guerra tanto na Ásia quanto na Europa<sup>77</sup>, abandonando a neutralidade que mantinha desde a década de 1930 (DOBSON, 2002, p. 29).

A partir de 1941, o Japão tornava-se de fato um inimigo para os Estados Unidos. Não apenas na zona de conflito, mas também dentro do país norte-americano, a imagem do Japão chegara a um ponto de total repúdio na opinião dos cidadãos estadunidenses, construída negativamente de forma contínua após a invasão da Manchúria em 1931, o massacre em Nanquim em 1937 e o ataque a Pearl Harbor em 1941 (YOSHIDA, 2006, p. 37). Diversos imigrantes e descendentes de japoneses, suspeitos de estar colaborando com o Japão, foram colocados em campos de concentração, com a assinatura do Decreto nº 9066<sup>78</sup> pelo presidente Franklin Delano Roosevelt (GONÇALVES, 2010, p. 218). O estado de guerra entre os dois países só seria terminado em 1945, ao custo do uso de duas bombas<sup>79</sup> atômicas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki.

### 3.3 A ocupação estadunidense e a restauração japonesa

A derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial gerou a oportunidade para que os Estados Unidos influenciassem pesadamente o Japão pós-guerra graças ao comando estadunidense<sup>80</sup> da ocupação no país (WATANABE, 2012, p. 21) O Japão teve seu sistema político e econômico totalmente reformado, de modo a evitar que ele viesse se tornar novamente uma ameaça a nível mundial<sup>81</sup>. A limitação do aparato militar japonês

<sup>77</sup>MILESTONES: 1937–1945 Japan, China, the United States and the Road to Pearl Harbor, 1937–41 <https://history.state.gov/milestones/1937-1945/pearl-harbor>

<sup>78</sup>Executive Order 9066: Japanese American internment in World War II. Disponível em: <<http://framework.latimes.com/2012/02/19/executive-order-9066-japanese-american-internment-in-world-war-ii/#/0>> Acesso em 18 de abril de 2016.

<sup>79</sup> A devastação causada pelas bombas foi de tal extensão que o número exato de mortos pelo seu uso ainda é incerto, com o número das fontes variando entre 60 mil a 70 mil mortos em Hiroshima e 40 mil mortos em Nagasaki

Atom Central. The Bombing of Hiroshima and Nagasaki. Disponível em: <<http://www.atomcentral.com/hiroshima-nagasaki.aspx>> Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

<sup>80</sup> Ainda que a ocupação tenha sido, teoricamente, responsabilidade de todos os países Aliados, os Estados Unidos foram responsáveis por uma grande influência durante a ocupação no território japonês, com as medidas estadunidenses tendo prioridade, de acordo com a Política Inicial dos Estados Unidos para a pós-entrega do Japão, disponível em: <http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryo/01/022/022tx.html>.

<sup>81</sup> Especificamente, os objetivos principais da ocupação eram: a) garantir que o Japão não iria se tornar uma ameaça aos Estados Unidos ou a paz mundial; b) Criar um ambiente propício para a instauração de um governo pacífico e responsável que esteja disposto a respeitar os direitos de outras nações, além de dar suporte aos objetivos estadunidenses como refletidos na Carta das Nações Unidas.

foi o objetivo que afetou mais amplamente a história do país e ainda na atualidade motiva um extenso debate<sup>82</sup>. Até o fim da Segunda Guerra Mundial, uma boa parcela da economia japonesa era monopolizada pelos *zaibatsu*<sup>83</sup>, os conglomerados industriais comandados pela elite do país e que eram fortemente ligados a indústria militar, já que se beneficiavam com a campanha expansionista japonesa (WATANABE, 2012, p.40). Para Watanabe (2012, p. 41), o vínculo sólido da economia japonesa ao aparato militar do país foi responsável pela criação do objetivo dos Estados Unidos de desmilitarizar a economia.

A maior mudança causada nesse período foi a elaboração do Artigo 9 da Constituição do Japão de 1946. De acordo com o texto,

Aspirando sinceramente uma paz internacional baseada em justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre a guerra como um direito soberano de sua nação e a ameaça ou uso da força como um meio de resolver disputas internacionais. Em ordem de cumprir o parágrafo anterior, potencial de força terrestre, marítima ou aéreo, assim como qualquer outro potencial de guerra, jamais será mantido. O direito de beligerância do estado não será reconhecido.<sup>84</sup>

A Constituição garantia que o Japão não teria mais direito a utilizar a guerra como uma forma legítima de exercer sua política externa. Então, é possível interpretar que, após o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos começaram a desconstruir a imagem do Japão como ameaça.

No início da ocupação no Japão, os Estados Unidos direcionara suas forças para reconstruir o país de forma a não se tornar novamente uma ameaça (WATANABE,

United States Initial Post-Surrender Policy for Japan. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryu/01/022/022tx.html>> Acesso em 19 de abril de 2016.

<sup>82</sup> Atualmente, o debate acerca do papel da força militar do Japão passa por um momento bastante delicado, com a recente aprovação em setembro de 2015 de uma nova lei que reinterpreta o Artigo 9 da Constituição Japonesa e que permitiria o envio de tropas japonesas para o exterior pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Mais informações em: <<http://www.nytimes.com/2015/09/19/world/asia/japan-parliament-passes-legislation-combat-role-for-military.html>> Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

<sup>83</sup> Os *zaibatsu* eram os grandes conglomerados econômicos que, até o fim da Segunda Guerra Mundial, monopolizavam a indústria japonesa (WATANABE, 2012, p. 40). Miyazaki (2002, p. 58) destaca que a partir de 1905, essas empresas começaram a receber incentivos políticos e econômicos do país para investir em áreas consideradas estratégicas pelo governo japonês. A participação desses grupos é considerado um fator importante para a campanha militarista do governo até a metade da década de 1940.

<sup>84</sup> CHAPTER II.RENUNCIATION OF WAR. Article 9. Aspiring sincerely to an international peace based on justice and order, the Japanese people forever renounce war as a sovereign right of the nation and the threat or use of force as means of settling international disputes. In order to accomplish the aim of the preceding paragraph, land, sea, and air forces, as well as other war potential, will never be maintained. The right of belligerency of the state will not be recognized (Tradução livre). Disponível em: [http://japan.kantei.go.jp/constitution\\_and\\_government\\_of\\_japan/constitution\\_e.html](http://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html)

2012, p. 31). Criminosos de guerra foram julgados, a promoção da desmilitarização da economia foi incentivada, direitos trabalhistas foram garantidos, compensação as vítimas de guerra foram oferecidas (LEE, 2000, p. 102). Contudo, esse panorama mudaria nos anos finais da ocupação, quando os Estados Unidos começa a vê-lo como um potencial aliado na região.

No período próximo ao fim da ocupação, a preocupação estadunidense era que o Japão, ainda enfraquecido pela derrota no conflito, fosse incentivado a buscar aliança com a União Soviética (PETTIBON, 2011, p. 23). A recuperação econômica do país tornou-se prioridade (WATANABE, 2012, p. 42), com a necessidade de tornar o Japão um aliado estadunidense. Com essa finalidade em mente, Yoshida (2006, p. 77) explica que os Estados Unidos não mais buscaram realizar o julgamento dos criminosos de guerra japoneses como fez nos primeiros anos da ocupação, para não criar uma situação desconfortável entre o governo dos países.

O propósito de recuperação econômica japonesa que os Estados Unidos almejavam foi eventualmente auxiliado pela decorrência da Guerra da Coreia<sup>85</sup> em 1950. Os Estados Unidos trocaram os investimentos feitos no país por aquisições contínuas de materiais e serviços durante o conflito, o que causou um crescimento extensivo na economia japonesa (UEHARA, 2003, p. 81). O conflito também pode ser visto como um dos elementos contribuintes para o fortalecimento da cooperação na área de segurança entre os dois países (SCALAPINO, 1988, p. 1).

A relação Estados Unidos-Japão começou a fortalecer especialmente com a ocupação, com a mídia estadunidense praticamente abandonando a visão negativa que se formou nos anos da guerra (YOSHIDA, 2006, p. 75). A ligação entre ambos foi solidificada com a assinatura do Tratado de Mútua Cooperação e Segurança entre Estados Unidos e Japão, assinado pouco depois do assinaram o Tratado de São Francisco, que devolvia ao Japão sua soberania e trazia ao fim o do estado de guerra<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> A Guerra da Coreia foi um conflito que começou no ano de 1950. Nessa época, a região da Coreia do Sul era controlada pelos Estados Unidos, que haviam recuperado o território do Japão após sua derrota na Segunda Guerra Mundial e a região da Coreia do Norte era controlada pela União Soviética. O conflito teve início quando forças da Coreia do Norte invadiram a Coreia do Sul em junho de 1950.

The Korean War: An Overview. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/coldwar/korea\\_hickey\\_01.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/coldwar/korea_hickey_01.shtml)> Acesso em 21 de abril de 2016.

<sup>86</sup> Treaty of Peace with Japan. Signed at San Francisco, 8 September 1951 .Initial entry into force: 28 April 1952. Disponível em: <<http://www.taiwandocuments.org/sanfrancisco01.htm>> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

entre o Japão e os vencedores do conflito<sup>87</sup>. O Tratado entre Japão e Estados Unidos impunha uma série de objetivos para ambos os países para a manutenção da segurança na região, fortalecendo os laços entre os dois países e assegurando a proteção dos princípios da democracia, liberdade dos indivíduos e proteção da lei<sup>88</sup>. O ponto a ser destacado, contudo, era que os Estados Unidos continuariam a manter sua força militar dentro do Japão para garantir sua proteção,

ARTICLE VI: For the purpose of contributing to the security of Japan and the maintenance of international peace and security in the Far East, the United States of America is granted the use by its land, air and naval forces of facilities and areas in Japan. The use of these facilities and areas as well as the status of United States armed forces in Japan shall be governed by a separate agreement, replacing the Administrative Agreement under Article III of the Security Treaty between Japan and the United States of America, signed at Tokyo on February 28, 1952, as amended, and by such other arrangements as may be agreed upon.<sup>89</sup>

O território japonês seria protegido pelos Estados Unidos e pelas Forças de Autodefesa que começaram a agir em 1954 com um papel bastante reduzido como forças militares, com o arranjo militar japonês sendo limitado a 1% do PIB do país. (BERTONHA, 2014, p. 40)<sup>90</sup>.

Com o fim da ocupação e o Japão sendo colocado sobre proteção dos Estados Unidos de acordo com o tratado, a relação entre os dois países se caracterizou por uma extensa cooperação econômica nos anos da Guerra Fria. A preocupação do governo estadunidense com as abundantes crises no mundo após a Segunda Guerra Mundial, como a invasão da União Soviética ao Irã em 1946, a Crise dos Mísseis em Cuba, em 1962, a Guerra do Vietnã<sup>91</sup>, durante 1965 e 1973, ajudou no desaparecimento da representação do Japão como um país agressivo e hostil (YOSHIDA, 2006, p. 77).

---

<sup>87</sup> Países vencedores do conflito nesta frase exclui a presença da República da China, que negociou um tratado de paz bilateral com o Japão. O chamado Tratado de Taipei foi assinado em 28 de abril de 1952 e terminava o estado de guerra entre os dois países. Disponível em: <<http://www.taiwandocuments.org/taipei01.htm>>.

<sup>88</sup> Japan-U.S. Security Treaty. TREATY OF MUTUAL COOPERATION AND SECURITY BETWEEN JAPAN AND THE UNITED STATES OF AMERICA. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>> Acesso em 19 de abril de 2016.

<sup>89</sup> Japan-U.S. Security Treaty. TREATY OF MUTUAL COOPERATION AND SECURITY BETWEEN JAPAN AND THE UNITED STATES OF AMERICA. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>> Acesso em 19 de abril de 2016.

<sup>90</sup> Bertonha (2014, p. 40) alerta que, apesar de reduzido, a força de apenas 1% do PIB japonês era ainda uma quantia de relevância se considerada a riqueza do país.

<sup>91</sup> Cabe aqui destacar que segundo Kobayashi (1968, p. 749) a Guerra do Vietnã foi um momento delicado para a relação à nível doméstico. A oposição ao Tratado de Segurança existente dentro do Japão em 1960 ressurgiu com o bombardeio estadunidense ao território do Vietnã, com protestos acontecendo no país (PACKARD, 2010, p. 94).

Graças aos investimentos dos Estados Unidos no Japão expostos no texto, a economia japonesa cresceu de maneira extensiva no período do pós-guerra<sup>92</sup> especialmente devido ao fato que o país era protegido pelas forças estadunidenses, podendo focar assim em sua economia (DIAN, 2014, p. 38), conseqüentemente ascendendo a posição de uma das maiores economias a nível internacional<sup>93</sup>.

Mesmo com a cooperação, a relação não foi livre de atritos. O maior conflito possível de se observar é a questão da força militar do Japão. Impedido pela sua Constituição de possuir forças armadas e seguindo os preceitos da chamada Doutrina Yoshida<sup>94</sup>, o Japão não considerava que seria prudente uma nova militarização, apesar do Estados Unidos considerar que o momento era favorável para tal, mesmo tomando em consideração o contexto da região asiática (HEMMER, KATZENSTEIN, 2002, p. 581). A pressão estadunidense foi responsável pela criação, em 1950, da primeira versão das Forças de Auto Defesa do Japão<sup>95</sup>, com 160 mil soldados a sua disposição, além de forças aéreas e marítimas (SINNREICH, 2010, p. 121). Ao longo da década de 1950, revisões foram feitas no tratado, com os Estados Unidos incentivando o Japão a engajar em uma política mais ativa (DIAN, 2014, p. 39).

Entretanto, o Japão continuava com sua política voltada ao poder econômico, base para uma maior projeção internacional do país dentre os anos de 1970<sup>96</sup> e 1980

---

<sup>92</sup> O chamado milagre econômico japonês pode ser atribuído ao fato de que, além de não ter de direcionar forças para a sua segurança, o Japão conseguiu acesso a mercados de outros países enquanto mantendo o seu fechado para a concorrência externa (UEHARA, 2003, p. 83).

<sup>93</sup> Segundo Lee (2000, p.82), a diferença em termos materiais entre os dois países diminuiu a partir dos anos de 1970, com o Japão se tornando o maior fornecedor de ajuda externa do mundo em 1989.

<sup>94</sup> O nome faz referência a um primeiro ministro japonês, Shigeru Yoshida, que foi responsável por elaborar os preceitos da chamada Doutrina Yoshida. De acordo com essa, o Japão faria uso de sua posição de “protegido” dos Estados Unidos para focar no desenvolvimento econômico do país. Mais especificamente:

“Três pontos fundamentais marcaram a abordagem estratégica de Yoshida em resposta para a exigência americana de rearmamento e participação mais ativa na Guerra Fria: 1) A reabilitação econômica do Japão deve ser o objetivo nacional primário. Cooperação político-econômica com os Estados Unidos era necessária para esse propósito. 2) O Japão deveria se manter levemente armado e evitar envolvimento em questões político-estratégicas internacionais. As Forças de Auto Defesa não seriam enviadas ao exterior. O Japão não participaria em arranjos de defesa coletiva. Essa postura militar menos chamativa não apenas deixaria livre o povo japonês para desenvolvimento industrial produtivo, preveniria também conflitos políticos domésticos. 3) Para ter garantia de sua própria proteção a longo prazo, o Japão iria providenciar bases para o Exército, Marinha e Forças Armadas dos Estados Unidos.” (PYLE, 2007, p. 242)

<sup>95</sup> Pettibon (2011, p. 22) explica que em 1950 essas eram chamadas de Reserva Nacional de Polícia e apenas em 1954 o nome foi mudado para Forças de Auto Defesa do Japão.

<sup>96</sup> Na década de 1970, a percepção japonesa acerca dos Estados Unidos sofreu um certo declínio devido a medidas tomadas pelo presidente Richard Nixon. Essas medidas, conhecidas como *Nixon shocks*, foram: A viagem de Henry Kissinger, em 1971, para a China para discutir uma reaproximação entre os governos, mesmo após anos de pressão no Japão por parte do governo de Washington para reconhecer o governo de Taiwan; A retirada do padrão dólar-ouro, causando danos a economia japonesa que dependia de forma extensa de exportações; E a imposição de taxas nas importações de origem japonesa. (PACKARD, 2010, p. 94).

(UEHARA, 2003, p. 99). O país queria o reconhecimento internacional por seu desempenho econômico de destaque durante os anos da década de 1980, especialmente o reconhecimento estadunidense (TAMAMOTO, 2005, p. 61). Na década de 1970, o Japão parecia demonstrar maior ciência de responsabilidades que caíam sobre si devido ao seu papel de destaque como grande economia mundial<sup>97</sup>. Os *Diplomatic Bluebooks*<sup>98</sup> da época afirmavam que o Japão mantinha o compromisso de tornar-se um poder capaz de auxiliar na manutenção da paz mundial através de medidas pacíficas, sem se tornar um poder militar, apesar de sua capacidade de fazê-lo se necessário<sup>99</sup>. Neste também, o Japão destaca a relação com os Estados Unidos como sendo as mais importantes para o país, reconhecendo também a importância de manutenção de relações amigáveis com os países da sua região<sup>100</sup>.

A década de 1980 parece ter sido o momento que os Estados Unidos começaram a perceber o Japão como um possível rival econômico (SANT, MAUCH, SUGITA, 2007, p. 22). Durante esse período, Japão e Estados Unidos começavam a divergir em fóruns internacionais (LEE, 2006, p. 346). Mesmo após a saída de Shigeru Yoshida do poder, tentativas de levar o Japão a um maior envolvimento em questões internacionais acabavam por gerar reações de repúdio da população<sup>101</sup>. Como resultado, a Doutrina Yoshida acabou sendo o pilar principal que guiou as ações do Japão durante a Guerra Fria.

---

<sup>97</sup>Section 1. Basic Guidelines. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1971/1971-2-1.htm#Section 1. Basic Guidelines>> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

<sup>98</sup> Os Diplomatic Bluebooks são documentos elaborados pelo Ministério das Relações Exteriores do Japão e que relatam ao público as ações que o país tomou em relação aos acontecimentos internacionais anualmente. Estes podem ser acessados a partir do site do Ministério das Relações Exteriores do Japão: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/index.html>>.

<sup>99</sup> Chapter 2. Keynotes of Japanese Diplomacy. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1971/1971-2-1.htm#Section 1. Basic Guidelines>> Acesso em 15 de dezembro de 2015.

<sup>100</sup> Section 2.Promotion of Relations with Other Nations. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1971/1971-2-2.htm>> Acesso em 15 de dezembro de 2015.

<sup>101</sup> Shigeru Yoshida terminou seu mandato em 10 de dezembro de 1954, sendo substituído por Ichiro Hatoyama (UEHARA, 2001, p. 150). No entanto, mesmo após sua saída, os preceitos da Doutrina Yoshida continuaram a ter grande influência na política externa pelos anos que seguiriam. Os chefes de governo que quiseram revisar a constituição para garantir maior autonomia e fortalecer o aparato militar japonês, encontravam uma série de obstáculos, tanto pela presença de diversos membros do governo que simpatizavam com os pilares da Doutrina Yoshida, como pelo próprio repúdio demonstrado pela população caso surgissem ameaças de um maior investimento no aparato militar por parte do estado (PYLE, 2007, p. 237) Mesmo com o crescente apoio à Doutrina Yoshida no pós Segunda Guerra dentro do país (INOUCHI; BACON, 2006, p. 02), alguns grupos políticos favoráveis ao militarismo vieram a insistir na reinterpretação da constituição do país de modo a justificar o seu rearmamento, o que trazia certa instabilidade a sua população (AXELBANK, 2011, p. 22). O estabelecimento das Forças de Autodefesa também foi visto com certa desconfiança por parte da população, que temia o retorno do militarismo (AXELBANK, 2011, p. 28). A derrota sofrida na guerra propagou o entendimento que o aparato militar deve ser mantido cautelosamente, para não ameaçar novamente a ordem e paz dentro do Japão (BERGER, 1993, p. 120).

Uma das maiores potências econômicas do mundo no final da Guerra Fria, o Japão começava a sofrer maiores pressões internacionalmente (UEHARA, 2003, p. 86). Essa pressão vinha em grande parte dos Estados Unidos, que desde os anos de 1980, abandonava a visão do Japão como um país que precisava de sua ajuda (LEE, 2000, p. 107). O país norte-americano encontrava-se em uma posição delicada graças às mudanças no cenário internacional, no qual, para Buszynski (2004, p. 133), o país possuía o poder para moldar o futuro. Para os Estados Unidos, o Japão continuava a ser um grande aliado. Entretanto, o país pontuava que o Japão já possuía maior capacidade, como a potência econômica que era, de assumir maior responsabilidade pela manutenção da paz na região da Ásia (DIAN, 2014, p. 144).

Para Lee (2000, p. 85) a relação entre os dois países durante os anos de 1980 e 1990 foi caracterizada por uma série de pressões externas por parte dos Estados Unidos que queria que o Japão atendesse suas demandas, com o país se adaptando a essas exigências de modo a não sacrificar a relação e, ao mesmo tempo, não abandonar seus interesses. Através dessa interação é que houve a continuidade desse comportamento, que era motivado especialmente pelo desejo do Japão de se estar em um mesmo patamar que os Estados Unidos.

A relação Estados Unidos-Japão era fortemente pautada pela época em que começou (SONG, 1995, p. 1091). Para os Estados Unidos, naquele contexto, a maior ameaça a sua existência era a União Soviética e o avanço do comunismo. O Japão era uma nação que, apesar de sua recente história como inimigo da nação norte-americana, começava a igualar seus valores com aqueles que eram considerados importantes para os Estados Unidos. Logo, o Japão passou da posição de inimigo para aliado que, possuindo valores similares aos estadunidenses<sup>102</sup>. Buszynski (2004, p. 115) destaca que os Estados Unidos são uma nação fortemente influenciada pela sua ideologia de missão. No caso da Guerra Fria, o autor destaca que o objetivo de derrotar o comunismo era o que guiava o país norte-americano.

### 3.4 Fortalecimento da aliança e a reafirmação de uma nova identidade

---

<sup>102</sup> No Diplomatic Bluebook de 1971, além de demonstrar a prioridade com a relação com os Estados Unidos, o Japão reitera seu compromisso com diversos valores promovidos pelo país norte-americano, como a promoção e manutenção do livre comércio e a cooperação com a ONU. DIPLOMATIC BLUEBOOK FOR 1971 Review of Foreign Relations April 1971- March 1972. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1971/1971-contents.htm>> Acesso em 19 de abril de 2016.

Nos anos finais da Guerra Fria, tanto Estados Unidos e Japão eram países de relevância inegável no cenário internacional. Mas, com as preocupações estadunidenses deixando o âmbito militar e sendo direcionadas para a área da economia (YOSHIDA, 2006, p. 166), ainda não era possível prever se o Japão assumiria uma posição de aliado ou de inimigo no que diz respeito a economia norte-americana, criando a ideia de uma ameaça japonesa (TAMAMOTO, 2005, p. 61).

A primeira dúvida acerca da legitimidade do Japão como um aliado forte veio nos primeiros anos após o fim da Guerra Fria, com o acontecimento Guerra do Golfo<sup>103</sup>. Na época, era esperado que o Japão assumisse um papel mais ativo em relação ao conflito para resolvê-lo, tendo em consideração sua ascensão como grande potência econômica nos anos que seguiram o pós Segunda Guerra (UEHARA, 2003, p. 168). Contudo, o papel do Japão durante o conflito foi alvo de inúmeras críticas. Uma potência econômica, o país continuava limitado pelas suas restrições constitucionais e buscou fornecer ajuda durante o conflito na forma de contribuições financeiras<sup>104</sup>, sendo mínimo o número de ajuda humana fornecida (CALDER, 2009, p. 136). Isso gerou uma onda de opiniões negativas acerca do Japão (MOCHIZUKI, 1997, p. 13), com os Estados Unidos sendo um dos críticos da falta de comprometimento japonês (UEHARA, 2003, p. 176).

A percepção negativa do Japão e a queda do desempenho econômico do país em 1991 acabou por fazer os Estados Unidos voltarem sua atenção para a China (TAMAMOTO, 2005, p. 61). A exclusão dos Estados Unidos da proposta de um Fundo Monetário Asiático no fim da década de 1990 não contribuiu para uma visão mais positiva acerca da identidade japonesa (LEE, 2006, p. 357). Esse cenário pareceu se agravar com o governo de Bill Clinton, que parecia fornecer maior atenção para a China do que para o Japão, apesar de sua parceria histórica (BUSZYNSKI, 2004, p. 126). De acordo com Shank (1994, p. 08) essa imagem negativa construída acerca do Japão era também percebida na mídia popular dentro dos Estados Unidos que mostrava a representação japonesa caracterizada pela rivalidade econômica. Kim (1999, p. 145) explica que a relação entre os dois países, no fim do século XX, não pareceu ter uma

---

<sup>103</sup> A Guerra do Golfo foi um conflito que ocorreu durante o período de agosto de 1990 até fevereiro de 1991, que teve como estopim a invasão do Kuwait pelo Iraque (UEHARA, 2001, p. 168).

<sup>104</sup> O Japão chegou a contribuir com o valor de 13 bilhões de dólares para operações militares de seus aliados na Guerra do Golfo (KIM, 1999, p. 145). Para Singh (2002, p. 83) pode ser classificada como vergonhosa a participação do país no conflito e afirma ter sido este um evento que incentivou a mudança no posicionamento do Japão acerca de questões internacionais.

grande evolução na parceria global entre eles. A presença estadunidense na região<sup>105</sup> ainda era uma realidade e era comum o discurso de necessidade de fortalecimento da aliança e maior comprometimento japonês para a manutenção da segurança regional (DIAN, 2014, p. 120).

Contudo, foi a partir dos anos 2000 que o cenário em que os países se encontravam iria mudar. Em 2001, após o atentado terrorista de 11 de setembro, o Japão foi um dos primeiros países a demonstrar apoio após o ataque<sup>106</sup>. Como explica Kamiya (2003, p. 99), o atentado ocorreu três dias após o aniversário de cinquenta anos da aliança Estados Unidos-Japão e pode ser classificado como o maior desafio para demonstrar como ela poderia funcionar em uma situação de crise. O Japão foi um dos países que demonstrou apoio mais rapidamente logo após o ocorrido<sup>107</sup> e, demonstrando um maior comprometimento internacional, enviou forças militares para lugares como Iraque e Afeganistão, em uma explícita evidência de maior responsabilidade se comparado a seu papel na Guerra do Golfo (UEHARA, 2010, p. 44). Calder (2009, p. 136) pontua quão célere e ponderada foi a resposta japonesa ao 11 de setembro. O autor afirma que o primeiro ministro na época, Junichiro Koizumi, divulgou em menos de duas semanas medidas de resposta ao atentado terrorista, com o Japão se baseando em resoluções da ONU nessas medidas e tomando uma postura proativa no combate ao terrorismo (CALDER, 2009, p. 139)

Talvez por esse cenário que, como explana Buszynski (2004, p. 131), o governo depois de Clinton, comandado por George Bush, pareceu fornecer maior importância a parceria com o Japão na Ásia. Na visão de Dian (2014, p. 144) o governo de Bush buscava ter no Japão um parceiro na Ásia de relevância similar a Grã-Bretanha na Europa. Funabashi (2008, p. 121) destaca que, enquanto uma parceira similar não é possível no caso do Japão, os Estados Unidos ainda deveriam buscar reafirmar a cooperação com o Japão através das questões de segurança.

A relação próxima na atualidade não é livre de conflitos. A discussão acerca da presença militar estadunidense em território japonês, especialmente em relação as bases

---

<sup>105</sup> Com o relatório de 1996 elaborado por Joseph Nye, então secretário de defesa, 100 mil tropas dos Estados Unidos estavam comprometidas a ser colocadas no leste da Ásia, além de confirmar o comprometimento estadunidense em defender o Japão. (PACKARD, 2010, p. 95)

<sup>106</sup> Reaction From Around the World. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2001/09/12/us/reaction-from-around-the-world.html>> Acesso em 18 de abril de 2016.

<sup>107</sup> Diplomatic Bluebook 2002. Chapter I. Overview: The International Community and Japanese Diplomacy in 2001. B. TERRORIST ATTACKS IN THE UNITED STATES AND THE FIGHT AGAINST TERRORISM. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2002/chap1-b.pdf>> Acesso em 19 de abril de 2016.

de Okinawa<sup>108</sup> ainda é um fator que deve ser tratado com delicadeza, com tal debate sendo um dos principais temas dentro da questão da aliança entre os dois países<sup>109</sup>. Desde o começo de 2016, as bases em Okinawa vem sendo um tema constante da relação Estados Unidos-Japão, como demonstrado pelos protestos realizados na província pelos moradores que se opunham a presença das bases na região<sup>110</sup> e se preocupam com as consequências da presença estadunidense<sup>111</sup>.

De acordo com o explanado por Pettibon (2011, p. 72) as Forças de Auto Defesa do Japão são outro elemento que fomenta a relação próxima entre a aliança histórica Estados Unidos-Japão, com o autor afirmando que elas promovem uma maior integração entre os dois países. A aliança no aspecto da segurança é uma estrutura formada através da interação social entre os dois lados e que, assim como destaca Lee (2000, p. 97), foi sendo construída através do contato entre ambos e ajudou a construir um certo padrão das futuras interações. Essa estrutura construída, especialmente sua aliança securitária, para Funabashi (2008, p. 114) continuará sendo o pilar da política estadunidense na região.

### 3.5 Identidade japonesa: Cooperação e valores comuns

No caso dos Estados Unidos e do Japão, a característica que deve ser mais destacada da relação dos dois países é que em sua história em diversos momentos os países acabaram por adquirir identidades incompatíveis, como no caso de sua relação instável durante os anos após a Primeira Guerra Mundial e que acabou por gerar um conflito em larga escala nos anos que seguiram. Contudo, é importante lembrar que, de acordo com a abordagem construtivista e como já explanado anteriormente, as identidades e os interesses de um país não são características fixas. Estas podem ser reforçadas ou sofrer alterações à medida que os países interagem entre si (ABDELAL *et*

<sup>108</sup> UEHARA (2010) explica que as bases de Futenma, em Okinawa, são alvo desde 2009 de debates acerca da questão se elas deveriam ser realocadas para outro ponto do território.

<sup>109</sup> Em 2015, foi anunciado que o processo para o retorno de algumas propriedades onde as bases estão localizadas em Okinawa seria acelerado.

U.S. Relations with Japan. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/4142.htm>> Acesso em 19 de abril de 2016.

<sup>110</sup> Okinawa protesters call for return of Futenma 20 years after pact was reached. Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/news/2016/04/11/national/social-issues/okinawa-protesters-call-return-futenma-base-site-20-years-pact-reached/#.VxWQhfkrLIU>> Acesso em 18 de abril de 2016.

<sup>111</sup> Thousands in Okinawa protest alleged rape by U.S. sailor. Disponível em: <[http://www.japantimes.co.jp/news/2016/03/22/national/thousands-protest-in-okinawa-over-alleged-rape-of-japanese-tourist-by-u-s-serviceman/#.VxWQk\\_krLIU](http://www.japantimes.co.jp/news/2016/03/22/national/thousands-protest-in-okinawa-over-alleged-rape-of-japanese-tourist-by-u-s-serviceman/#.VxWQk_krLIU)> Acesso em 18 de abril de 2016.

al, 2006, p. 700). A medida que esse contato ocorre, essas criam ou reforçam as estruturas nas quais os países interagem (WENDT, 1995, p. 76).

Foi o ocorrido entre o Japão e os Estados Unidos. Os dois países tiveram um número de interações que deterioraram sua relação, mas conseguiram, com o passar do tempo e de contato, construir uma nova identidade para o outro. Inimigos até 1945, o Japão tornou-se um dos maiores aliados dos Estados Unidos (SINNREICH, 2010, p. 111). Kamiya (2003, p. 106) considera que a aliança entre os dois países é essencial para a manutenção da paz na região. Kim (1999, p. 160) afirma que a relação é de extrema importância para a prosperidade e a paz internacional.

Atualmente, a percepção dos Estados Unidos é do Japão como um forte aliado na promoção de valores comuns para ambos, como também para momentos de adversidade<sup>112</sup>, com a relação se sustentando não apenas em questões de segurança e econômicas, mas também sobre uma série de valores e interesses comuns (KUSTENBAUDER, 2010, p. 163), sendo esses construídos continuamente através da relação existente entre eles. Assim como exposto no trabalho, se a relação com o Japão é vista como um pilar para os interesses estadunidenses na Ásia, é possível afirmar que essa estrutura foi reforçada através da contínua interação entre ambos e dos significados que eles construíram através da sua interação (HOPF, 1998, p. 173).

Além disso, como foi exposto, os Estados Unidos possui uma forte identidade acerca daquilo que seria sua missão no cenário internacional (BUSZYNSKI, 2004, p. 115). Extensivamente fortalecido por esse pensamento, os Estados Unidos valorizam aqueles que dividem os mesmos princípios que ele, identificando-se com esses atores. No caso da relação com o Japão, mesmo possuindo períodos de oposição, como exposto nesse capítulo, é fato que ambos os países possuem em comum um histórico de interações em que afirmaram se preocupar e considerar indispensáveis os mesmos princípios. As duas nações desfrutaram de uma parceria estável em diversos campos, como na área de ciência e tecnologia<sup>113</sup>, além de possuírem uma parceria econômica

---

<sup>112</sup> Em 2011, na conferência anual do *U.S.-Japan Council*, a secretária de estado Hillary Clinton em seu discurso elogiou a rápida resposta do Japão após o atentado de 11 de setembro em 2001, afirmando que esse é o tipo de amizade que os dois países possuem e que demonstra o comprometimento do país para ajudar na construção de um mundo mais seguro. Remarks at the U.S.-Japan Council Annual Conference. Disponível em: <<http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/10/175151.htm>> Acesso em 19 de abril de 2016.

<sup>113</sup> Em 2014, os países renovaram por dez anos o acordo feito em 1998 sobre a cooperação em pesquisa de ciência e tecnologia. SCIENTIFIC COOPERATION. Protocol Between the UNITED STATES OF AMERICA and JAPAN Extending the Agreement of June 20, 1988, as Amended and Extended, Signed at Tokyo April 23, 2014.

fortalecida pela interdependência e por valores semelhantes<sup>114</sup>, sendo o Japão uma nação de enorme relevância econômica para os Estados Unidos<sup>115</sup>.

A interação entre ambos foi importante para diminuir a incertezas e é uma prática essencial garantir uma capacidade de previsão acerca do comportamento do outro (HOPF, 1998, p. 178) Assim como em todas as relações, a percepção estadunidense sobre o Japão pode vir a mudar já que, como Calder (2009, p. 31) argumenta, todo relacionamento está em constante mudança e o passado trabalha como um pilar para as futuras interações.

No caso dos Estados Unidos, é possível ver que a interação positiva com o Japão foi essencial para construir a identidade atual do país. Como já exposto, identidades são passíveis de mudança e a relação entre ambos pode se deteriorar novamente. No entanto, atualmente o Japão é visto com bons olhos nos Estados Unidos<sup>116</sup>, construindo uma relação de confiança entre os dois lados<sup>117</sup>. A identidade japonesa foi desenvolvida graças a partilha de valores similares entre ambos e por um histórico de interações menos negativas do que no passado, o que faz o Japão ser percebido como um aliado significativo pela nação estadunidense.

---

Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/231805.pdf>> Acesso em 25 de abril de 2016.

<sup>114</sup> U.S. Relations with Japan. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/4142.htm>> Acesso em 11 de abril de 2016.

<sup>115</sup> De acordo com dados do *United States Census Bureau*, nos dois primeiros meses de 2016 as exportações dos Estados Unidos para o Japão corresponderam aproximadamente a 9,7 bilhões de dólares e as importações de origem japonesa corresponderam a 19,9 bilhões de dólares.

Foreign Trade. Trade in Goods with Japan. Disponível em: <http://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5880.html>> Acesso em 25 de abril de 2016.

<sup>116</sup> Americans Least Favorable Toward Iran. Disponível em: <<http://www.gallup.com/poll/161159/americans-least-favorable-toward-iran.aspx>> Acesso em 21 de abril de 2016.

<sup>117</sup> 5 facts to help understand the U.S.-Japan relationship. Disponível em: <<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/04/07/5-facts-to-help-understand-the-u-s-japan-relationship/>> Acesso em 21 de abril de 2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho foram apresentados dados para sustentar a premissa de que a abordagem construtivista seria efetiva para analisar a relação entre Estados. Especificamente, foi utilizado o foco do construtivismo na questão da identidade dos países. Como as ações desses países podem ser responsáveis por construir o modo como outros o veem no sistema internacional e que a relação desses pode ser afetada pela construção dessa imagem.

Em cada caso, China/Japão e Estados Unidos/Japão, é possível ver que essas duas relações são profundamente afetadas pelo modo como a imagem que os países têm um do outro foi construída. A partir de suas interações ao longo da história, essa percepção foi reforçada ou modificada de modo a se tornar uma característica marcante no relacionamento atual entre os dois lados.

Em um primeiro momento, foi trazida uma revisão bibliográfica e discussão sobre a abordagem construtivista. Além de um breve histórico da abordagem e da apresentação de autores de relevância para essa, foi especificado como a abordagem contribuiu para o trabalho. Apresentando argumentos acerca da questão da identidade, o objetivo era explicar como essa poderia ser utilizada para analisar a relação entre Estados e como a interação entre esses pode ser entendida como um componente importante dos interesses dos Estados e de como eles acabam por construir seus relacionamentos.

Após essa apresentação da abordagem, essa foi aplicada em relação a identidade japonesa para a China e logo depois para os Estados Unidos. No caso da China, foi demonstrado como a identidade japonesa para a China atualmente foi construída ao longo da interação entre os dois países. Nesse caso, os dados trazidos comprovam que, tendo em vista o histórico de agressões japonesas em território chinês, o Japão construiu uma imagem negativa para a China que, ainda na atualidade é responsável por afetar a relação entre os dois países.

Em relação aos Estados Unidos, os dados apresentados permitiram constatar que a imagem japonesa para os Estados Unidos ao longo da história foi modificada. A primeira percepção era a de um país que poderia seguir as instituições ocidentais e ser um aliado estadunidense na Ásia. Essa foi substituída pela imagem negativa de um agressor e uma ameaça à paz mundial. A partir da segunda metade do século XX,

começou a se construir a imagem do Japão como um aliado, identidade essa reforçada pelas consequentes interações entre os dois países e que parece prevalecer até hoje.

Assim, como exposto ao longo da pesquisa, o foco do construtivismo na questão das identidades dos Estados é um fator de grande relevância para analisar o comportamento deles em relação aos outros e, conseqüentemente, como eles irão interagir. É de extrema importância não criar percepções precipitadas de que os países agirão apenas de acordo com seus interesses materiais e que sua relação com os outros membros do sistema internacional será baseada apenas nesses interesses.

Como apresentado, para uma análise sobre as possibilidades de interação entre os países, é essencial analisar as interações passadas que cada parte possui com a outra. Com a base do construtivismo aqui trazida, é conclusivo que será apenas a partir de um contato inicial que um país começará a agir de determinada maneira em relação a outro, podendo ser essa percepção inicial alterada ou reforçada ao longo do histórico de interações.

No caso da China, a percepção do Japão foi modificada a partir da adoção japonesa das instituições ocidentais no fim do século XIX e sua conseqüente campanha de expansão pela Ásia. Apesar das interações positivas no âmbito econômico, a história que os dois países dividem entre si parece reforçar a identidade japonesa como uma possível ameaça para a China. Para os Estados Unidos, houve uma alteração na percepção japonesa e, através das interações positivas em diversas áreas, atualmente a identidade do país nos olhos estadunidense é de um aliado.

De acordo com o construtivismo, essas identidades foram construídas através das interações entre esses países. Além de demonstrar que os interesses dos países são fatores que podem mudar, é importante considerar que um único país, nesse caso o Japão, pode ser percebido de maneiras diferentes. Assim como expresso no título da pesquisa, o país pode ser visto como um aliado, na visão estadunidense, e também como uma ameaça, na visão chinesa. Logo, as interações dos países também serão resultado das percepções que esses têm uns dos outros. Como já exposto, a abordagem também argumenta que, enquanto essas identidades que o Japão tem para cada lado são uma realidade na atualidade, as identidades que esses países possuem um do outro pode vir a se modificar. Assim como grande parte das interações na realidade, as identidades dos países são fatores socialmente construídos e que podem ser modificadas ao longo de sua história.

## REFERÊNCIAS

ADBELAL, Rawi. et al. Identity as a Variable. **Perspectives on Politics**, v. 4, n. 4, December 2006, p. 695–711. Disponível em: <<http://www.people.hbs.edu/rabelal/Identity%20as%20a%20Variable.pdf>> Acesso em 21 de abril de 2016.

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, 1999, n.47, p. 201-246.

ALAGAPPA, Muthiah. Japan's Political and Security Role in the Asia-Pacific Region. **Contemporary Southeast Asia**, v. 10, n. 1, June 1998, p. 17-54.

ASHIZAWA, Kuniko. **Japan, the US, and Regional Institution-Building in the New Asia-When Identity Matters**. New York, Palgrave Macmillan, 2013.

\_\_\_\_\_. When Identity Matters: State Identity, Regional Institution-Building, and Japanese Foreign Policy. **International Studies Review**, v. 10, n. 3, September 2008, p. 571-598.

Atom Central. **The Bombing of Hiroshima and Nagasaki**. Disponível em: <<http://www.atomcentral.com/hiroshima-nagasaki.aspx>> Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

AXELBANK, Albert. **Black Star over Japan. Rising Forces of Militarism**. United Kingdom, Routledge, 2011.

BBC News. **China condemns Japan PM Shinzo Abe's Yasukuni shrine visit**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-25518166>> Acesso em 27 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Governor of Japan broadcaster NHK denies Nanjing massacre**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-26029614>> Acesso em 27 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **How uninhabited islands soured China-Japan ties**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-11341139>> Acesso em 27 de março de 2016

\_\_\_\_\_. **Japan to allow military role overseas in historic move**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-34287362>> Acesso em 27 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Japan WWII 'comfort women' were 'necessary' – Hashimoto**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-asia-22519384>> Acesso em 27 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Japan's divisive 'comfort women' fund**. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/6530197.stm>> Acesso em 16 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **The Korean War: An Overview.** Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/coldwar/korea\\_hickey\\_01.shtml](http://www.bbc.co.uk/history/worldwars/coldwar/korea_hickey_01.shtml)> Acesso em 21 de abril de 2016.

BERGER, Thomas. From Sword to Chrysanthemum: Japan's Culture of Anti-militarism. **International Security**, v. 17, n. 4, 1993, p. 119-150.

BERTONHA, João Fábio. **A Nova Estratégia Nacional de Defesa Japonesa.** Boletim Meridiano 47, v. 15, n. 142, 2014, p. 39-44.

BRADLEY, James. **Cruzeiro Imperial: uma história secreta de império e guerra.** São Paulo, Larousse do Brasil, 2010.

BRIDGES, Brian, CHAN, Che-po. China, Japan, and the Clash of Nationalisms. **Asian Perspective**, v. 30, n. 1, 2006, p. 127-156.

BROWN, Melissa J. **Is Taiwan Chinese? The Impact of Culture, Power, and Migration on Changing Identities.** London, England, University of California Press, Ltd., 2004.

BUSZYNSKI, Leszek. **Asia Pacific Security – Values and Identity.** London, Routledge, 2004.

BUZAN, Barry. China in International Society: Is 'Peaceful Rise' Possible? **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, 2010, p. 5-36.

CALDER, Kent E. **Pacific Alliance. Reviving U.S. Japan Relations.** New Haven & London, Yale University Press, 2009.

CALLAHAN, William A. National Insecurities: Humiliation, Salvation, and Chinese Nationalism. **Alternatives** 29, 2004, p. 199-218. Disponível em: <<http://www.humiliationstudies.org/documents/CallahanChina.pdf>> Acesso em 26 de abril de 2016.

CAMARGO, Julia Faria. **Ecos do Frigor: A invasão do Iraque em 2003. A mídia internacional e a imprensa brasileira.** Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, 2008.

COBLE, Parks M. China's "New Remembering" of the Anti-Japanese War of Resistance, 1937-1945. **The China Quarterly**, n. 190, June 2007, p. 394-410.

CREUZ, Luís Rodolfo Cruz e. **A construção da defesa da concorrência no Mercosul: uma perspectiva construtivista - cooperação e interesses nas relações internacionais.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

DAVIDANN, Jon Thares. **Cultural Diplomacy in U.S.-Japanese Relations, 1919–1941.** New York, Palgrave Macmillan, 2007.

DENTON, Kirk A. Heroic Resistance and Victims of Atrocity: Negotiating the Memory of Japanese Imperialism in Chinese Museums. **The Asia-Pacific Journal**. Japan Focus, v. 5, i. 10, n. 0, October 2007, p. 1-29. Disponível em: <<http://apjjf.org/-Kirk-A-Denton/2547/article.pdf>> Acesso em 26 de abril de 2016.

DIAN, Matteo. **The Evolution of the US–Japan Alliance-The eagle and the chrysanthemum**. UK, Chandos Publishing, 2014.

DOBSON, Alan P. **US Economic Statecraft for Survival, 1933–1991: of sanctions, embargoes, and economic warfare**. London & New York, Routledge, 2002.

FUNABASHI, Yoichi. Keeping Up With Asia: America and the New Balance of Power. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 5, September/October 2008, p. 110-125.

\_\_\_\_\_. The Asianization of Asia. **Foreign Affairs**, v. 72, n. 5, 1993, p. 75-85.

Gallup. **Americans Least Favorable Toward Iran**. Disponível em: <<http://www.gallup.com/poll/161159/americans-least-favorable-toward-iran.aspx>> Acesso em 21 de abril de 2016.

GONÇALVES, Ronaldo Pereira. O Japão na conjuntura internacional de 1930-1940. **Revista Faz Ciência**, v. 12, n. 16, 2010, p. 199-222.

GONG, Gerrit W. **The Standard of ‘Civilization’ in International Society**. Oxford, Clarendon Press, 1984.

GRIES, Peter Hays. China’s “New Thinking” on Japan. **The China Quarterly**, 2005, p.831-850

GUSTAFSSON, Karl. **Narratives and Bilateral Relations - Rethinking the “History Issue” in Sino-Japanese Relations**. Stockholm University, Department of Political Science. Stockholm, Sweden, 2011.

HEMMER, Christopher; KATZENSTEIN Peter J. Why Is There No NATO in Asia? Collective Identity, Regionalism, and the Origins of Multilateralism. **International Organization**, v. 56, n. 3, 2002, p. 575-607

HOFFMAN, F. G. U.S. Strategic Planning, 1919–1939: From Innocence to Improvisation. In: MURRAY, Williamson; ISHIZU, Tomoyuki. **Conflicting Currents- JAPAN AND THE UNITED STATES IN THE PACIFIC**. Santa Barbara, California, ABC-CLIO, 2010. p. 19-38.

HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**, v. 23, n. 1, 1998, p. 171-200.

HOPPENS, Robert. **The China Problem in Postwar Japan - Japanese National Identity and Sino-Japanese Relations**. Bloomsbury Academic, London, 2015.

HUNDT, David; BLEIKER, Roland. Reconciling Colonial Memories in Korea and Japan. **Asian Perspective**, v. 31, n. 1, 2007, p. 61-91.

INOUCHI, Takashi; BACON, Paul. Japan's emerging role as a 'global ordinary power'. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 6, 2006, p. 1-21.

Japan. Ministry of Foreign Affairs . **DIPLOMATIC BLUEBOOK FOR 1971 Review of Foreign Relations April 1971- March 1972. Section 1. Basic Guidelines.** Disponível em: <[http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1971/1971-2-1.htm#Section 1. Basic Guidelines](http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1971/1971-2-1.htm#Section%201.%20Basic%20Guidelines)> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_. **DIPLOMATIC BLUEBOOK 1980 EDITION. Review of Recent Developments in Japan's Foreign Relations. Section 1. Promotion of Relations with Other Countries.** Disponível em: <[http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1980/1980-3-1.htm#Section 1. Promotion of Relations with Other Countries](http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1980/1980-3-1.htm#Section%201.%20Promotion%20of%20Relations%20with%20Other%20Countries)> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_. **Diplomatic Bluebook 2002. Chapter I. Overview: The International Community and Japanese Diplomacy in 2001. B. TERRORIST ATTACKS IN THE UNITED STATES AND THE FIGHT AGAINST TERRORISM.** Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2002/chap1-b.pdf>> Acesso em 19 de abril de 2016.

\_\_\_\_. **DIPLOMATIC BLUEBOOK FOR 1971 Review of Foreign Relations April 1971- March 1972. Chapter 2. Keynotes of Japanese Diplomacy.** Disponível em: <[http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1971/1971-2-1.htm#Section 1. Basic Guidelines](http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1971/1971-2-1.htm#Section%201.%20Basic%20Guidelines)> Acesso em 15 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_. **DIPLOMATIC BLUEBOOK FOR 1971 Review of Foreign Relations April 1971- March 1972.** Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1971/1971-contents.htm>> Acesso em 19 de abril de 2016.

\_\_\_\_. **DIPLOMATIC BLUEBOOK FOR 1971. Review of Foreign Relations April 1971- March 1972. Section 2. Promotion of Relations with Other Nations.** Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1971/1971-2-2.htm>> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_. **DIPLOMATIC BLUEBOOK FOR 1972 Review of Foreign Relations April 1972 - March 1973. Section 2. Promotion of Relations with Other Countries.** Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1972/1972-2-2.htm>> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

\_\_\_\_. **DIPLOMATIC BLUEBOOK FOR 1974 Review of Recent Developments in Japan's Foreign Relations December 1975. Chapter 3. Diplomatic Efforts Made by Japan. Section 1. Promotion of Relations with Other Countries.** Disponível em: <[http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1974/1974-3-1.htm#Section1. Promotion of Relations with Other Countries](http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/1974/1974-3-1.htm#Section1.%20Promotion%20of%20Relations%20with%20Other%20Countries)> Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Foreign Policy. Diplomatic Bluebook.** Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/index.html>> Acesso em 07 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Japan-U.S. Security Treaty. TREATY OF MUTUAL COOPERATION AND SECURITY BETWEEN JAPAN AND THE UNITED STATES OF AMERICA.** Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>> Acesso em 19 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Japanese Territory. Senkaku Islands.** Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/senkaku/>> Acesso em 27 de março de 2016

\_\_\_\_\_. **Joint Communiqué of the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China** .Disponível em:< <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html>> Acesso em 27 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Recent Japan-Taiwan Relations and the Taiwan Situation.** Disponível em: <[http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/taiwan/pdfs/japan-taiwan\\_relations.pdf](http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/taiwan/pdfs/japan-taiwan_relations.pdf)> Acesso em 27 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama "On the occasion of the 50th anniversary of the war's end" (15 August 1995).** Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/announce/press/pm/murayama/9508.html>> Acesso em 27 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Statement by Prime Minister Tomiichi Murayama on the occasion of the establishment of the "Asian Women's Fund".** Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/women/fund/state9507.html>> Acesso em 08 de maio de 2016.

Japão. **Constituição (1946).** Promulgada em 03 de novembro de 1946. Disponível em < [http://japan.kantei.go.jp/constitution\\_and\\_government\\_of\\_japan/constitution\\_e.html](http://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html) > Acesso em 15 de dezembro de 2015.

KAMIYA, Mataka. Reforming the U.S.–Japan Alliance: What Should Be Done? In: IKENBERRY, John G; INOBUCHI, Takashi. **Reinventing the Alliance: U.S.–Japan Security Partnership in an Era of Change.** New York, Palgrave Macmillan, 2003, p.91-116.

KIM, Hyung-Kook. U.S.-JAPAN RELATIONS: A GLOBAL PARTNERSHIP "IN PREPARATION". **Asian Perspective**, v. 23, n. 2, Special Issue on the Dynamics of Northeast Asia and the Korean Peninsula, 1999, p. 143-162

KOBAYASHI, Teruo. A Great Debate in Japan: The Fate of the U.S.–Japan Security Treaty in 1970. **The Journal of Politics**, v. 30, n. 3, August 1968, p. 749-779.

KUSTENBAUDER, Matthew. Culture matters: the ties that bind U.S. Japan relations. **Yale Journal of International Affairs**, v. 5, n. 1, 2010, p. 161-163.

LEE, Geun. A Constructivist Reading of Japan's Adaptive Responses to US Trade Demands: Power in Trade Dispute Resolutions. **Journal of International and Area Studies**, v. 7, n. 1, June 2000, p. 81-113.

LEE, Yong Wook. Japan and the Asian Monetary Fund: An Identity-Intention Approach. **International Studies Quarterly**, v. 50, n. 2 June 2006, p. 339-366.

LI, Rex. **A rising China and security in East Asia: identity construction and security discourse**. London, Routledge, 2009.

LIND, Jennifer M. **Sorry States: apologies in international politics**. Cornell University Press, United States of America, 2008.

Los Angeles Times. **Executive Order 9066: Japanese American internment in World War II**. Disponível em: <<http://framework.latimes.com/2012/02/19/executive-order-9066-japanese-american-internment-in-world-war-ii/#/0>> Acesso em 18 de abril de 2016.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como Fonte de Conflito: Ucrânia e Rússia no Pós-URSS. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 2006, p. 223-258.

MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi. **Economia Evolucionária e Path Dependence do Investimento Externo Japonês: Um Estudo do Leste Asiático no Período Pré Segunda Guerra Mundial**. (Tese) Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2002.

MOCHIZUKI, Mike. Japan. **The Brookings Review**, v. 15, n. 2, 1997, p. 11-14.

MOUNTJOY, Shane. **Manifest Destiny: Westward Expansion**. New York, InfoBase Publishing, 2009.

MURRAY, Williamson; ISHIZU, Tomoyuki. Introduction to Japan and the United States. In: MURRAY, Williamson; ISHIZU, Tomoyuki. **Conflicting Currents- JAPAN AND THE UNITED STATES IN THE PACIFIC**. Santa Barbara, California, ABC-CLIO, 2010, p. 1-18.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of our making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations**. University of South Carolina Press, 1989, South Carolina, United States of America.

\_\_\_\_\_. Worlds of Our Making: The Strange Career of Constructivism in International Relations. In: Donald J. Puchala, ed. **Visions of International Relations**. Columbia: University of South Carolina Press, January 2002.

OTTE, T. G. Great Britain, Germany, and the Far-Eastern Crisis of 1897-8. **The English Historical Review**, v. 110, n. 439, November 1995, p. 1157-1179.

PACKARD, George R. The United States–Japan Security Treaty at 50: Still a Grand Bargain? **Foreign Affairs**, v. 89, n. 2, 2010, p. 92-103

PALAN, Ronen. A world of their making: an evaluation of the constructivist critique in International Relations. **Review of International Studies**, 2000, v. 26, p. 575-598.

People's Republic of China. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **Diaoyu Dao, an Inherent Territory of China**. Disponível em: <[http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/topics\\_665678/diaodao\\_665718/t973774.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/diaodao_665718/t973774.shtml)> Acesso em 27 de março de 2016.

PETTIBON, Jonathan E. **CAPABILITIES OF THE JAPANESE SELF-DEFENSE FORCE AND ITS IMPACT ON UNITED STATES-JAPAN RELATIONS**. Monterey, California, Naval Postgraduate School, 2011.

Pew Research Center. **5 facts to help understand the U.S.-Japan relationship**. Disponível em: <<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/04/07/5-facts-to-help-understand-the-u-s-japan-relationship/>> Acesso em 21 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Global opposition to U.S., Surveillance and Drones, but Limited Harm to America's Image**. Disponível em : <<http://www.pewglobal.org/files/2014/07/2014-07-14-Balance-of-Power.pdf>> Acesso em 25 de março de 2016.

PYLE, Kenneth B. **Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose**. New York: Public Affairs, 2007.

ROSE, Caroline. **Interpreting History in Sino-Japanese Relations - A case study in political decision making**. London and New York, Routledge, 1998.

SANT, John Van, MAUCH, Peter, SUGITA, Yoneyuki. **Historical dictionary of United States–Japan relations**. United States, Scarecrow Press Inc, 2007.

SCALAPINO, Robert A. US-JAPAN SECURITY RELATIONS AND THEIR IMPLICATIONS FOR THE REGION. **Journal of Asian Affairs**, v. 1, n. 2, December 1988, p. 1-6.

SHANK, Gregory. Japan-U.S. Relations Toward the 21st Century. **Social Justice**, v. 21, n. 2, 1994, p. 8-19.

SHIBUICHI, Daiki. The Yasukuni Shrine Dispute and the Politics of Identity in Japan: Why All the Fuss? **Asian Survey**, v. 45, n. 2, 2005, p. 197-215.

SHIH, Chih-yu. A Rising Unknown: Rediscovering China in Japan's East Asia. **China Review**, v. 11, n. 11, 2011, p. 1-26.

SHUJA, Sharif. Japan's Strategic Thinking. **Contemporary Review**, ProQuest Research Library, 2006, v. 288, n. 1681, p. 157-176.

SINGH, Bhubhinder. Japan's Post-Cold War Security Policy: Bringing Back the Normal State. **Contemporary Southeast Asia**, v. 24, n. 1, April 2002, p. 82-105.

SINNREICH, Richard Hart. A Strategy by Accident: U. S. Policy in the Cold War, 1945–1972. In: MURRAY, Williamson; ISHIZU, Tomoyuki. **Conflicting Currents-**

**JAPAN AND THE UNITED STATES IN THE PACIFIC.** Santa Barbara, California, ABC-CLIO, 2010, p. 111-132.

SONG, Young-sun. Prospect for U.S.-Japan Security Cooperation. **Asian Survey**, v. 35, n. 12, December 1995, p. 1087-1101

South China Morning Post. **Japan deploys 12 coast guard ships to patrol disputed Diaoyu Islands.** Disponível em: <<http://www.scmp.com/news/asia/diplomacy/article/1933502/japan-deploys-12-coast-guard-ships-patrol-disputed-diaoyu>> Acesso em 16 de abril de 2016.

SWAN, William L. Japan's Intentions for Its Greater East Asia Co-Prosperity Sphere as Indicated in Its Policy Plans for Thailand. **Journal of Southeast Asian Studies**, v. 27, n. 1, March 1996, p. 139-149.

Taiwan Documents Project. **Treaty of Peace between Republic of China and Japan.** Disponível em: < <http://www.taiwandocuments.org/taipei01.htm>> Acesso em 27 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Treaty of Peace with Japan.** Signed at San Francisco, 8 September 1951. Initial entry into force: 28 April 1952. Disponível em: <<http://www.taiwandocuments.org/sanfrancisco01.htm>> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

TAMAMOTO, Masaru. How Japan Imagines China and Sees Itself. **World Policy Journal**, v. 22, n. 4, 2005, p. 55-62.

\_\_\_\_\_. Japan's Uncertain Role. **World Policy Journal**, v. 8, n. 4, 1991, p. 579-597.

The China Post. **ROC, PRC flags fly together at anti-Japan protest in NY.** Disponível em: <<http://www.chinapost.com.tw/asia/regional-news/2012/09/18/354675/ROC-PRC.htm>> Acesso em 16 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **The Marco Polo Bridge incident of 1937.** Disponível em: <<http://www.chinapost.com.tw/editorial/taiwan-issues/2009/07/07/215168/TheMarco.htm>> Acesso em 27 de março de 2016.

The Diplomat. **China, Taiwan Apply Pressure to Japan Over 'Comfort Women' Issue.** Disponível em: <<http://thediplomat.com/2016/01/china-taiwan-apply-pressure-to-japan-over-comfort-women-issue/>> Acesso em 16 de abril de 2016.

The Japan Times. **It's 'natural' for leaders to visit Yasukuni, Abe says.** Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/news/2015/02/18/national/politics-diplomacy/its-natural-for-leaders-to-visit-yasukuni-abe-says/#.VvgLDeIrLIU>> Acesso em 27 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. **Nearly 60% of South Koreans view Japan as military threat: joint survey.** Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/news/2015/05/29/national/nearly-60-of-south-koreans-view-japan-as-military-threat-joint-survey/#.VvTIK-IrLIU>> Acesso em 27 de março de 2016

\_\_\_\_. **Okinawa protesters call for return of Futenma 20 years after pact was reached.** Disponível em:

<<http://www.japantimes.co.jp/news/2016/04/11/national/social-issues/okinawa-protesters-call-return-futenma-base-site-20-years-pact-reached/#.VxWQhfkrLIU>>

Acesso em 18 de abril de 2016.

\_\_\_\_. **Thousands in Okinawa protest alleged rape by U.S. sailor.** Disponível em:

<[http://www.japantimes.co.jp/news/2016/03/22/national/thousands-protest-in-okinawa-over-alleged-rape-of-japanese-tourist-by-u-s-serviceman/#.VxWQk\\_krLIU](http://www.japantimes.co.jp/news/2016/03/22/national/thousands-protest-in-okinawa-over-alleged-rape-of-japanese-tourist-by-u-s-serviceman/#.VxWQk_krLIU)> Acesso em

18 de abril de 2016.

The New York Times. **Japan's Apologies for World War II.** Disponível em:

<[http://www.nytimes.com/interactive/2015/08/13/world/asia/japan-ww2-shinzo-abe.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/interactive/2015/08/13/world/asia/japan-ww2-shinzo-abe.html?_r=0)> Acesso em 27 de março de 2016.

\_\_\_\_. **Japan's Parliament Approves Overseas Combat Role for Military.**

Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2015/09/19/world/asia/japan-parliament-passes-legislation-combat-role-for-military.html>> Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_. **Reaction From Around the World.** Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/2001/09/12/us/reaction-from-around-the-world.html>> Acesso em 18 de abril de 2016.

\_\_\_\_. **The Opium's War Secret History.** Disponível em

:<<http://www.nytimes.com/1997/06/28/opinion/the-opium-war-s-secret-history.html>>

Acesso em 25 de março de 2016.

The Telegraph. **Japan agrees to buy disputed Senkaku islands.** Disponível em:

<<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/japan/9521793/Japan-agrees-to-buy-disputed-Senkaku-islands.html>> Acesso em 16 de abril de 2016.

\_\_\_\_. **Japanese PM denies wartime 'comfort women' were forced.** Disponível em:

<<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1544471/Japanese-PM-denies-wartime-comfort-women-were-forced.html>> Acesso em 27 de março de 2016.

TSUNEKAWA, Keiichi . “Japan Facing a New Latin America”. **The Association of Japanese Institutes of Strategic Studies**, n. 96, July 2010. Disponível em:

<[https://www2.jiia.or.jp/en\\_commentary/pdf/AJISS-Commentary96.pdf](https://www2.jiia.or.jp/en_commentary/pdf/AJISS-Commentary96.pdf)> Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou?** São Paulo, Annablume: Fundação Japão, 2003.

\_\_\_\_. Cinquenta anos do acordo de cooperação e segurança entre o Japão e os EUA: momento de reflexão. **Meridiano 47**, n. 114, Janeiro 2010, p. 42 -45.

United States Census Bureau. **Foreign Trade. Trade in Goods with Japan.** Disponível em:

< <http://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5880.html>> Acesso em 25 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Table 9. Race and Hispanic Origin of the Foreign-Born Population: 1850 to 1990.** Disponível em: <<https://www.census.gov/population/www/documentation/twps0029/tab09.html>> Acesso em 25 de abril de 2016

**United States Initial Post-Surrender Policy for Japan.** Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryō/01/022/022tx.html>> Acesso em 17 de abril de 2016.

U.S. Department of State. Office of the Historian. **MILESTONES: 1921–1936 The Neutrality Acts, 1930s.** Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/neutrality-acts>> Acesso em 16 de abril de 2016

\_\_\_\_\_. Office of the Historian. **MILESTONES: 1937–1945 Lend-Lease and Military Aid to the Allies in the Early Years of World War II.** Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1937-1945/lend-lease>> Acesso em 16 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Office of the Historian. **MILESTONES: 1921–1936 The Immigration Act of 1924 (The Johnson-Reed Act).** Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/immigration-act>> Acesso em 17 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Office of the Historian. **MILESTONES: 1921–1936 The Washington Naval Conference, 1921–1922.** Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/naval-conference>> Acesso em 21 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Office of the Historian. **MILESTONES: 1937–1945 Japan, China, the United States and the Road to Pearl Harbor, 1937–41.** Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1937-1945/pearl-harbor>> Acesso em 21 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **Remarks at the U.S.-Japan Council Annual Conference.** Disponível em: <<http://www.state.gov/secretary/20092013clinton/rm/2011/10/175151.htm>> Acesso em 19 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **SCIENTIFIC COOPERATION. Protocol Between the UNITED STATES OF AMERICA and JAPAN Extending the Agreement of June 20, 1988, as Amended and Extended.** Signed at Tokyo April 23, 2014. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/231805.pdf>> Acesso em 25 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **U.S. Relations with Japan.** Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/4142.htm>> Acesso em 11 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Office of the Historian. **MILESTONES: 1921–1936. The Great Depression and U.S. Foreign Policy.** Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/great-depression>> Acesso em 25 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. Office of the Historian. **MILESTONES: 1830–1860. The United States and the Opening to Japan, 1853.** Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1830-1860/opening-to-japan>> Acesso em 11 de abril de 2016.

\_\_\_\_\_. **The Mukden Incident of 1931 and the Stimson Doctrine.** Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/mukden-incident>> Acesso em 27 de março de 2016.

VILLACORTA, Wilfrido. Japan's Asian Identity: Concerns for ASEAN-Japan Relations. **ASEAN Economic Bulletin**, v. 11, n. 1, July 1994, p. 79-92.

WATANABE, Paulo Daniel. **Segurança e Política Externa do Japão no Pós-Segunda Guerra Mundial.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

\_\_\_\_\_. **A reinserção internacional do Japão no pós-segunda guerra mundial.** In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3. 2011, São Paulo. Associação Brasileira de Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais – USP. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a33.pdf>> Acesso em 14 de fevereiro de 2016.

WELDES, Jutta. Constructing National Interests. **European Journal of International Relations**. 1996, v. 2, p. 275-318

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, 1992, p. 391-425.

\_\_\_\_\_. Collective Identity Formation and the International State. **The American Political Science Review**, v. 88, n. 2, June 1994, p. 384-396.

\_\_\_\_\_. Constructing International Politics. **International Security**, v. 20, n. 1, 1995, p. 71-81.

World Bank. **China.** Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/china>> Acesso em 25 de março de 2016.

Xinhua. **Xinhua Insight: Memorial for "comfort women" opens in east China.** Disponível em: <[http://news.xinhuanet.com/english/2015-12/01/c\\_134874199.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2015-12/01/c_134874199.htm)> Acesso em 16 de abril de 2016.

YANG, Jian. Sino-Japanese Relations: Implications for Southeast Asia. **Contemporary Southeast Asia**, v. 25, n. 2, August 2003, p. 306-327.

YOSHIDA, Takashi. **The Making of the “Rape of Nanking”: History and Memory in Japan, China, and the United States.** Oxford, Oxford University Press, 2006.

ZACHMAN, Urs Matthias. **China and Japan in the late Meiji period: China policy and the Japanese discourse on national identity, 1895-1904.** Abingdon, Oxon, Routledge, 2009.